

# **Demonstrações Financeiras**

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Demonstração do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12



Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º e 3º andares - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
Fax: +55 19 3322-0559  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**DME Distribuição S.A. - DMED**  
Poços de Caldas – Minas Gerais

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

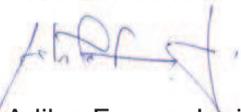
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

## DME Distribuição S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.386	73.020
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	32.311	33.320
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.719	1.709
Serviços em curso		1.299	2.440
Estoque		1.547	1.574
Despesas pagas antecipadamente		310	292
Ativos financeiros setoriais	6	28.902	6.315
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	8	2.734	2.887
Outros créditos	9	3.703	12.102
Total do circulante		<u>143.911</u>	<u>133.659</u>
Não circulante			
Títulos de crédito a receber		402	546
Indenização Complementar – MP 579/12	9	10.224	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10	4.935	2.697
Cauções e depósitos vinculados	7	8.763	8.361
Tributos a compensar		1.231	1.173
Tributos diferidos	25	7.622	4.112
Superávit - plano de benefício definido	11	6.622	4.231
		<u>39.799</u>	<u>21.120</u>
Imobilizado	12	38.915	42.373
Intangível	13	147.025	147.932
		<u>185.940</u>	<u>190.305</u>
Ativo total		<u>369.650</u>	<u>345.084</u>

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	<b>11.260</b>	6.819
Folha de pagamento		<b>407</b>	435
Credores diversos	15	<b>4.834</b>	5.267
Passivos financeiros setoriais	6	<b>37.911</b>	32.981
Encargos regulatórios	16	<b>3.112</b>	1.647
Pesquisa e desenvolvimento	17	<b>2.272</b>	2.681
Programa de eficiência energética	17	<b>2.613</b>	3.396
Tributos e contribuições sociais	18	<b>6.996</b>	11.358
Obrigações estimadas		<b>2.514</b>	2.443
Provisões para contingências		<b>19</b>	-
Outros passivos circulantes		<b>1</b>	1
Total do circulante		<b>71.939</b>	67.028
Não circulante			
Provisões para contingências	19	<b>39.367</b>	26.270
Total do não circulante		<b>39.367</b>	26.270
Patrimônio líquido	20		
Capital social		<b>222.950</b>	222.950
Reserva legal		<b>6.814</b>	6.493
Reserva de lucros		<b>28.580</b>	22.343
Total do patrimônio líquido		<b>258.344</b>	251.786
Passivo e patrimônio líquido total		<b>369.650</b>	345.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita operacional líquida	21	<b>140.646</b>	95.587
Custo do serviço	22	<b>(102.921)</b>	(69.344)
Lucro bruto		<b>37.725</b>	26.243
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas	22	<b>(920)</b>	(1.101)
Despesas gerais e administrativas	22	<b>(30.030)</b>	(25.818)
Outras despesas operacionais	22	<b>(4.241)</b>	(4.183)
		<b>(35.191)</b>	(31.102)
Resultado operacional		<b>2.534</b>	(4.859)
Receitas financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	24	<b>14.467</b>	20.963
Despesas financeiras	24	<b>(3.654)</b>	(11.303)
		<b>10.813</b>	9.660
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>13.347</b>	4.801
Contribuição social corrente	25	<b>(2.838)</b>	(2.516)
Imposto de renda corrente	25	<b>(8.303)</b>	(6.781)
Impostos diferidos		<b>4.192</b>	6.537
Lucro líquido do exercício		<b>6.398</b>	2.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido	<u>6.398</u>	<u>2.041</u>
Resultados abrangentes (Perdas) Ganhos atuariais de plano de benefícios definido líquido	<u>1.319</u>	<u>(183)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>7.717</u>	<u>1.858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	158.585	6.391	110.172	-	-	275.148
Lucro líquido	64.365	-	(64.365)	2.041	2.041	2.041
Aumento de capital social	-	-	203	(845)	(845)	(642)
Juros sobre capital próprio	-	-	(183)	-	-	(183)
Outros resultados abrangentes	-	-	(26.000)	-	-	(26.000)
Dividendos complementares	-	102	-	(102)	(102)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.094	(1.094)	(1.094)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.422	-	-	1.422
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	222.950	6.494	22.343	-	-	251.786
Lucro líquido	-	-	-	6.398	6.398	6.398
Outros resultados abrangentes	-	-	1.319	-	-	1.319
Constituição de reserva legal	-	320	-	(320)	(320)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	2.126	(3.646)	(3.646)	(1.520)
Transferência para reserva de lucros	-	-	2.432	(2.432)	(2.432)	-
Outros	-	-	360	-	-	360
Saldo em 31 de dezembro de 2017	222.950	6.814	28.580	-	-	258.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>6.398</b>	2.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>411</b>	634
Depreciação e amortização	<b>11.497</b>	10.583
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	<b>2.609</b>	570
Tributos diferidos	<b>(4.192)</b>	(6.537)
Constituição (reversão) de provisões para contingências, líquidas	<b>14.555</b>	2.872
	<b>31.278</b>	10.163
Redução (aumento) nos ativos:		
Consumidores e revendedores	<b>598</b>	876
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	<b>(2.238)</b>	758
Ativos (Passivos) financeiros setoriais	<b>(17.657)</b>	47.153
Superávit - Plano de Benefício Definido	<b>(392)</b>	(503)
Demais ativos circulantes e não circulantes	<b>1.641</b>	(6.523)
	<b>(18.048)</b>	41.761
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	<b>4.441</b>	(6.634)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	<b>43</b>	(12)
Tributos e contribuições sociais	<b>8.660</b>	9.297
Encargos regulatórios	<b>1.465</b>	(1.348)
Pagamento de contingências	<b>(1.439)</b>	-
Demais passivos circulantes e não circulantes	<b>(1.625)</b>	39
	<b>11.545</b>	(1.342)
Imposto de Renda e contribuições sociais Pagos	<b>(13.022)</b>	(5.538)
Recursos Líquidos provenientes das atividades operacionais	<b>11.753</b>	47.728
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado e intangível	<b>(9.741)</b>	(18.679)
Recursos Líquidos utilizados nas atividades de investimento	<b>(9.741)</b>	(18.679)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	<b>(1.520)</b>	(26.000)
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	<b>(2.126)</b>	(845)
Recursos Líquidos utilizados nas atividades de financiamento	<b>(3.646)</b>	(26.845)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.634)</b>	2.204
Caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	<b>71.386</b>	73.020
No início do exercício	<b>73.020</b>	70.816
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.634)</b>	2.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Venda de energia e serviços	<b>219.132</b>	198.533
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(920)</b>	(1.101)
Outros resultados	<b>3.627</b>	24.613
	<b>221.839</b>	222.045
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia comprada	<b>(58.203)</b>	(47.722)
Material e serviços de terceiros	<b>(10.860)</b>	(17.292)
	<b>(69.063)</b>	(65.014)
Valor adicionado bruto	<b>152.776</b>	157.031
(=) Valor adicionado líquido	<b>152.776</b>	157.031
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras, líquidas	<b>10.813</b>	9.660
	<b>10.813</b>	9.660
Valor adicionado total a distribuir	<b>163.589</b>	166.691
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	<b>14.484</b>	17.083
Encargos sociais (exceto inss)	<b>1.345</b>	1.636
Entidade de previdência privada	<b>1.618</b>	564
Auxílio-alimentação	<b>2.289</b>	2.947
Provisões de férias e 13º	<b>3.050</b>	3.611
Convênio assistencial e outros benefícios	<b>1.779</b>	2.236
Participação nos resultados	<b>1.891</b>	1.576
Programa de Demissão Voluntária – PIDV	<b>144</b>	3.044
Custos imobilizados	<b>(3.708)</b>	(4.171)
Provisão (Reversão) trabalhista	<b>441</b>	(558)
Outros	<b>216</b>	141
	<b>23.549</b>	28.110
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	<b>4.855</b>	5.374
ICMS	<b>41.203</b>	55.460
Provisão (Reversão) fiscal	<b>8.607</b>	3.484
Provisão (reversão) indenizatória	<b>5.778</b>	119
Outros	<b>73.199</b>	72.104
	<b>133.642</b>	136.541
Acionistas		
Resultados retidos	<b>6.398</b>	2.041
Total	<b>163.589</b>	166.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) é uma empresa pública, sociedade anônima de capital fechado, tendo como único acionista o Município de Poços de Caldas - MG. A reestruturação societária do antigo DME-PC – Departamento Municipal de Poços de Caldas, se deu em cumprimento da segregação de atividades estabelecidas pela Lei nº 10.848/2004, a qual ocorreu após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.269, de 08 de fevereiro de 2010, e a sua transformação jurídica de autarquia para empresa pública, bem como, a alteração de sua denominação social de “DME-PC para “DMED”, ocorreu em 06 de maio de 2010, conforme autorização pela Lei Complementar nº 111 de 26 de março de 2010”. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com sede no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 23.664.303/0001-04 e Inscrição Estadual nº 518.601.288.0094.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, por meio das usinas hidrelétricas atualmente existentes, e a distribuição desta energia elétrica na sua área de concessão, no Município de Poços de Caldas, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão nº 48/1999 referente à geração, foi assinado em 28 de junho de 1999 entre a União (via delegado ANEEL) e a DMED, antigo DME-PC.

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 49/1999 – ANEEL, para distribuição de energia elétrica entre a União e a DME Distribuição S/A – DMED, o qual formaliza a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 49/1999 até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro do Estado de Minas e Energia de 09 de novembro de 2015, com fulcro na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

A DMED detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirituba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, por meio da participação de 2,7326% no Consórcio Machadinho, o que lhe garantiu em 2017 uma quota de energia de 110.534 MWh.

A DMED conta atualmente com o quadro de 207 funcionários, atendendo 74.887 consumidores que em 2017 requisitaram 285.960 MWh. Seu parque gerador no Município de Poços de Caldas é composto de três usinas hidrelétricas, com geração da ordem de 82.421 MWh.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional--Continuação

Desta forma, considerando a energia gerada pelas três usinas instaladas no Município de Poços de Caldas e a quota-parte referente à Usina de Machadinho, a geração própria total foi de 192.955 MWh.

A DMED possui as seguintes centrais geradoras e subestações em operação no Município:

- UHE Walther Rossi - Antas II.
- MCH José Togni - Bortolan.
- PCH Eng.º Ubirajara Machado de Moraes - Véu das Noivas.
- Subestação de Interligação DME/Furnas.
- Subestação Saturnino.
- Subestação Osório.

A DMED detém com a ANEEL as seguintes concessões de Geração:

USINAS	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Final da Concessão
PCH José Togni	Antas	0,715	0,715	Registro	-
PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes	Antas	0,8	0,8	Registro	-
PCH Walther Rossi – Antas II	Antas	16,5	16,5	13/03/1979	13/03/2029
UHE Machadinho (2,7326%)	Pelotas	1.140	12,93	15/07/1997	15/07/2032

Através da Portaria nº 629 de 3 de novembro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, foi prorrogada por mais 20 anos a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica denominada Walther Rossi - Antas II, prazo contado a partir de 14 de março de 2009 e regulada conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4547 de 11 de fevereiro de 2014.

#### Reajuste tarifário de 2017 da DMED

Através da Resolução Homologatória nº 2345 de 14 de novembro de 2017, os consumidores atendidos pela DMED, tiveram as tarifas em média reajustadas em 15,38%, sendo 14,61% para alta tensão e 15,80% para baixa tensão, que estarão em vigor durante o período de 22 de novembro de 2017 a 21 de novembro de 2018.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação**

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 5 de abril de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação--Continuação**

#### d) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 21 - Receita de fornecimento de energia faturada e não faturada.
- Nota nº 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 6 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais-Conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A”;
- Nota nº 10 - Ativo Financeiro Indenizável (concessão);
- Nota nº 11 - Superávit – Plano de benefício definido;
- Nota nº 20 - Provisões e contingências;
- Nota nº 25 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos financeiros que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

##### ii) *Empréstimos e recebíveis*

Essa categoria é a mais relevante do Grupo. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A amortização dos juros efetivos são incluídas na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Os empréstimos e recebíveis abrangem consumidores e concessionárias.

##### iii) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

##### iv) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

##### v) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

#### b) Impairment de ativos e passivos financeiros

##### *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Impairment de ativos e passivos financeiros--Continuação

##### *Ativos financeiros (incluindo recebível)*--Continuação

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

##### *Ativos disponíveis para venda*

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Impairment de ativos e passivos financeiros--Continuação

##### *Ativos disponíveis para venda*--Continuação

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

##### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Impairment de ativos e passivos financeiros--Continuação

##### *Ativos não financeiros*--Continuação

A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### c) Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

São considerados ativos financeiros e classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos, e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

#### d) Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Ativo financeiro indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a DME Distribuição S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:
  - Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e.
  - Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Ativo financeiro indenizável (concessão)--Continuação

- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia, será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:
  - Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
  - Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar essa tarefa.

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR. A Companhia considera as mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão como alteração na expectativa dos fluxos de caixa estimados, e, portanto são reconhecidos em resultado financeiro, no resultado do exercício, de acordo com o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, parágrafo AG8.

#### f) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. Em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado até o término da concessão, sendo este 07 de julho de 2045.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### g) Imobilizado

##### i) *Reconhecimento e mensuração*

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta, custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.
- Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### h) Ajuste a valor presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a valor presente, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Companhia efetua a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

Este conceito permeia todas as contas monetárias do balanço, a despeito de existirem pronunciamentos relativos a assuntos específicos que já orientavam a aplicação do conceito de ajuste a valor presente.

#### i) Encargos regulatórios

##### i) *Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)*

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

##### ii) *Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

##### iii) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Encargos Regulatórios--Continuação

iv) *Encargo do Serviço do Sistema (ESS)*

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

v) *Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)*

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculados pelo valor da energia produzida.

vi) *Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ContaBandeiras)*

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Benefício a empregados

i) *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia reconhece todas as despesas com os planos de contribuição definida no resultado como despesa com pessoal.

ii) *Planos de benefício definido*

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### j) Benefício a empregados--Continuação

##### ii) *Planos de benefício definido*--Continuação

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionado ao serviço passado dos empregados devem ser reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tomem direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios se tomem direito adquirido imediatamente, a despesa deve ser reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, e exercícios anteriores a 2017, a Companhia incorreu em um superávit do plano de benefício definido, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

#### k) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente às orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (nota 19).

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### l) Imposto de renda e contribuição social corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### *O imposto corrente*

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício, com base nas taxas de impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### *O imposto diferido*

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Administração não reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias quando há incertezas significativas na estimativa dos lucros tributáveis futuros na época em que as provisões, que geram tais diferenças temporárias, sejam efetivamente incorridas.

#### m) Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica ("CCEE")

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, quando as informações disponibilizadas pela CCEE não estão disponíveis.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### n) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

*A receita de venda de energia* é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

*A receita de serviços prestados* é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

*A receita não faturada*, corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo muito próximas à zero, considerando que:

- (i) A atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; e
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

*A Receita Financeira* está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os dividendos não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data da referida demonstração.

p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência. A Companhia considera que o impacto da adoção dessas normas não será material. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

**CPC 48**  
Instrumentos Financeiros  
(Vigência a partir de  
01/01/2018)

O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.

**CPC 47**  
Receita de contrato de  
cliente

O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 – Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	275	563
Numerários em trânsito	224	379
Aplicações financeiras	<u>70.887</u>	<u>72.078</u>
Total	<u><u>71.386</u></u>	<u><u>73.020</u></u>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 90,3% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).

### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores faturados	20.755	21.159
Consumidores - Parcelamentos	2.238	4.366
Concessionárias e Permissionárias (CCEE/DMEE)	7.236	4.286
Outros créditos	150	148
	<u>30.379</u>	<u>29.959</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.286)</u>	<u>(3.875)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>26.093</u></b>	<b><u>26.084</u></b>
Fornecimento não faturado	6.218	7.236
Total	<b><u>32.311</u></b>	<b><u>33.320</u></b>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias--Continuação

#### 5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

	Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias				Provisão para crédito de liquidação duvidosa		Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	
	Vencidos	Vencidos até	Vencidos a	Total	2017	2016	2017	2016
		90 dias	mais de 90 dias					
Residencial	4.831	3.500	2.801	11.132	(2.801)	(2.665)	8.331	8.406
Industrial	2.109	185	139	2.433	(100)	(44)	2.333	2.209
Comércio, serviço e outras	2.682	878	580	4.140	(469)	(400)	3.671	3.703
Rural	236	58	24	318	(18)	(16)	300	288
Poder Público	274	50	3	327	-	-	327	270
Iluminação pública	616	-	-	616	-	-	616	422
Serviço público	495	-	-	495	-	-	495	803
<b>Subtotal consumidores</b>	<b>11.243</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>19.461</b>	<b>(3.388)</b>	<b>(3.125)</b>	<b>16.073</b>	<b>16.101</b>
Comercialização na CCEE:								
Concessionárias/permissionárias	7.236	-	-	7.236	(3)	(3)	7.233	4.282
<b>Subtotal consumidores e concessionárias e permissionárias</b>	<b>18.479</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>26.697</b>	<b>(3.391)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>23.306</b>	<b>20.384</b>
Consumidores livres	1.293	-	-	1.293	-	-	1.293	1.933
Parcelamentos a consumidores	2.238	-	-	2.238	(871)	(716)	1.367	3.650
Outras contas a receber de consumidores	150	-	-	150	(24)	(31)	126	117
<b>Total onsumidores/concessionárias e permissionárias/parcelamento a consumidores e outros</b>	<b>22.160</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>30.378</b>	<b>(4.286)</b>	<b>(3.875)</b>	<b>26.092</b>	<b>26.084</b>

### 6. Ativos e passivos financeiros setoriais

#### Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

A partir de 10 de dezembro de 2014, quando foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 049/1999 – ANEEL, a DMED passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e de outros componentes financeiros.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Ativos e passivos financeiros setoriais--Continuação

#### Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros--Continuação

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Segue abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Valores a receber de parcela a e outros itens financeiros	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa - Parcela A a receber	7.474	9.616	17.090	2.239	196	2.435
Aquisição de energia - (CVAenerg)	6.716	8.024	14.740	-	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	-	-	-	784	-	784
Transporte Rede Básica	489	1.157	1.646	228	123	351
Transporte de energia – Itaipu	270	434	704	84	11	95
Encargo de Energia de Sistema – ESS	-	-	-	1.109	-	1.109
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	-	-	55	55
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	-	-	-	34	7	41
Outros itens financeiros a receber	3.751	8.061	11.812	2.754	1.126	3.880
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	3.751	70	3.820	2.754	1.126	3.880
Sobrecontratação de energia	-	7.992	7.992	-	-	-
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	11.225	17.677	28.902	4.993	1.322	6.315
Ativo circulante	11.225	17.677	28.902	4.993	1.322	6.315

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Ativos e passivos financeiros setoriais--Continuação

#### Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros--Continuação

Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2016
<b>CVA Passiva - Parcela A a devolver</b>	<b>(17.516)</b>	<b>(4.794)</b>	<b>(22.310)</b>	(21.668)	(5.798)	(27.466)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(3.321)	-	(3.321)	(15.256)	(2.498)	(17.754)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	(268)	(1)	(269)	-	(31)	(31)
Transporte Rede Básica	(176)	-	(176)	-	-	-
Encargo de Energia de Sistema – ESS	(6.661)	(3.394)	(10.054)	-	(1.451)	(1.451)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.994)	(1.378)	(8.373)	(6.412)	(1.818)	(8.230)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(97)	(21)	(118)	-	-	-
<b>Outros itens financeiros a devolver</b>	<b>(10.678)</b>	<b>(4.923)</b>	<b>(15.601)</b>	(971)	(4.543)	(5.515)
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(2.126)	(2.074)	(4.200)	-	(643)	(643)
Sobrecontratação de energia	(8.552)	-	(8.552)	(971)	(1.956)	(2.927)
Receita de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos	-	(2.848)	(2.848)	-	(1.945)	(1.945)
<b>Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(9.717)</b>	<b>(37.911)</b>	(22.639)	(10.341)	(32.981)
Passivo circulante	(28.194)	(9.717)	(37.911)	(22.639)	(10.341)	(32.981)

#### 6.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

#### 6.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um encargo setorial, pago pelas empresas de distribuição e estabelecido em lei. Este encargo é dividido em três categorias, sendo: (i) CDE Uso referente à parcela cobrada de clientes livres e cativos incidente na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD; (ii) CDE Energia, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia (TE); e (iii) CDE Energia ACR, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia com o intuito de quitar o empréstimo realizado pela CONTA-ACR. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras em relação aos subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pela Eletrobras.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Ativos e passivos financeiros setoriais--Continuação

#### 6.3. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das variações mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais efetivamente faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário, baseados na expectativa de mercado para os 12 meses subsequentes ao reajuste.

#### 6.4. Sobrecontratação de energia

Refere-se aos custos adicionais com exposição involuntária no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia para os períodos de 2015 e 2016.

#### 6.5. Receita de ultrapassagem de demanda

O montante a devolver refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento pela Companhia aos seus clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo que até o 3º Ciclo foram contabilizados como obrigações especiais em serviço, reduzindo o ativo intangível e financeiro, tanto no custo, quanto em sua atualização. A partir do 4º Ciclo, esses montantes passaram a constituir um passivo que será amortizado ao longo do Ciclo seguinte.

### 7. Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS - depósito judicial (b)	5.603	5.226
Depósito judicial - ANEEL/CCEE (a)	2.904	2.843
Depósitos judiciais - outros	256	292
	<b>8.763</b>	<b>8.361</b>

(a) ANEEL/CCEE: Termo de Notificação da CCEE e Auto de Infração decorrente deste, referente ao não reconhecimento do montante de 6,31 MW médios ou 10.733,392 MWh de exposição involuntária da DMED do período de janeiro a dezembro de 2013.

(b) ICMS - Depósito judicial: Decorrente do aproveitamento de crédito do ativo imobilizado da DMED, considerado indevido pela Receita Estadual de Minas Gerais. O processo judicial atrelado a esse depósito judicial foi transitado e julgado durante o exercício de 2013, com êxito parcial à Companhia, e a Administração aguarda a definição da liquidação da sentença quanto aos valores a serem revertidos ao Estado de Minas Gerais, entretanto, a Companhia com base na estimativa de seus advogados responsáveis pelo processo, registrou provisão durante os exercícios de 2013 a 2017, proveniente da parcela a ser revertida a União na ordem de R\$ 990 mil.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 7. Cauções e depósitos vinculados--Continuação

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Resgates</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
8.361	38	446	(82)	8.763

### 8. Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis ao serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013.

Tais subsídios referem-se aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, os quais são homologados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica.

Em dezembro de 2017 a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$ 2.734 mil para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis.

### 9. Outros créditos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços Prestados a Terceiros	6	4
Consumidores – Outros	80	273
Desativações em curso	143	305
Adiantamentos empregados	291	239
Diferença Mensal da Receita – Baixa Renda	328	478
Título de Crédito a Receber	729	579
Juros sobre capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	2.126	-
Indenização Complementar - MP 579/2012	10.224	10.224
	<u>13.927</u>	<u>12.102</u>
Ativo circulante	3.703	12.102
Ativo não circulante	10.224	-
	<u>13.927</u>	<u>12.102</u>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 9. Outros créditos--Continuação

#### Indenização Complementar MP 579/2012

Motivada por discussões de toda a comunidade do setor elétrico, a ANEEL aprovou em, 19 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa nº 596/2013, esclarecendo assim o reconhecimento, para fins de indenização, os investimentos complementares àqueles ao Projeto Básico, das Usinas que tiveram seus contratos renovados antecipadamente a partir de 31 de dezembro de 2012, cujas concessões venceriam até 2015.

Com a publicação da citada Resolução, as concessionárias encontraram suporte regulatório para requerer indenização complementar nos casos de acréscimos de escopo em relação ao Projeto Básico e para os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora. Essas reivindicações estão sujeitas à análise e validação da ANEEL, conforme consta na própria Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 e Lei nº 12.783/2013 (MP 579/2012).

Com suporte regulatório, a DMED realizou um estudo para verificar a existência de valor de indenização complementar para os bens reversíveis e ainda não depreciados ou amortizados, o qual foi identificado o montante de R\$ 10.224, representando assim o valor de indenização complementar sobre os investimentos em bens reversíveis da Usina Pedro Affonso Junqueira - UHE Antas I.

Tal montante foi submetido a ANEEL em 29 de dezembro de 2015, onde ainda aguarda-se homologação pelo Órgão Regulador. Por este motivo, em 2017, a DMED transferiu o montante de 10.224 mil do ativo circulante para o não circulante.

### 10. Ativo financeiro indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está demonstrada a seguir:

<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
2.697	2.528	(15)	(275)	4.935

Através da assinatura do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica nº 49/1999, o qual ocorreu em 8 de dezembro de 2015, a ANEEL formalizou a prorrogação do referido Contrato de Concessão até 7 de julho de 2045.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **10. Ativo financeiro indenizável (concessão)--Continuação**

Desta forma a DMED analisou o cálculo do ativo financeiro indenizável, levando em consideração a prorrogação da concessão por mais 30 anos, e procedeu a baixa do saldo do ativo financeiro indenizável para o ativo intangível, pertencente à parcela que será amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público vinculados ao Contrato de Concessão.

### **11. Superávit - Plano de Benefício Definido**

#### a) Plano de benefício definido

Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos, cujo objetivo é proporcionar a complementação de aposentadoria dos empregados que, após terem cumprido as exigências do plano, sejam elegíveis ao benefício. A Companhia, dado o seu porte, participa de um fundo multipatrocinado.

De acordo com o CPC 33, os saldos de ativos e passivos relacionados ao plano de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia obteve um laudo atuarial preparado por especialistas externos que indica um montante de ativos e passivos atuariais de R\$ 16.128 e de R\$1.947, respectivamente.

A Companhia e os administradores do fundo de pensão estimam que os recursos relacionados ao excedente patrimonial (*superávit*) tiveram sua origem por conta da migração de uma grande parte dos participantes para o plano de benefícios da modalidade de contribuição definida em anos anteriores, tendo em vista, que a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 trouxe a necessidade de alterar o regulamento do plano de benefício DME quanto a elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios programados. Com a alteração do Regulamento aprovado pelo Ministério de Previdência Social, verificou-se que houve um impacto nas reservas matemáticas, o qual foi sanado pela patrocinadora na ordem de R\$1.990 durante o exercício social de 2000. Considerando que os participantes estavam com uma contribuição normal elevada e que esta teria que ser paritária, foi solicitado a SUPREV, estudos para a implantação de um plano de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Esse estudo foi realizado e aprovado pela PREVIC/ MPS gerando o Plano de Benefício DME II, para o qual a grande maioria dos participantes migraram. Os valores aportados pela patrocinadora para o Plano de Benefícios DME durante o exercício social de 2000, atualizados pela meta atuarial perfazem o montante de R\$18.140. Esse valor posicionado em dezembro de 2017 pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados resulta em um superávit de R\$14.182;

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 11. Superávit – Plano de Benefício Definido--Continuação

#### a) Plano de benefício definido--Continuação

Demonstra-se assim, que mais de 50% do aporte realizado pela patrocinadora, foi para atender a melhoria dos benefícios gerada pela Emenda Constitucional nº 20, bem como para a redução da contribuição normal por parte dos participantes.

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

Durante os exercícios sociais de 2014 a 2017, a Companhia vem reconhecendo apenas 50% do seu valor superavitário conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26/2008, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20, até que haja manifestação favorável da PREVIC quanto ao processo de destinação ao patrocinador.

Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	<b>(1.946)</b>	(1.421)
Valor justo dos ativos em excesso aos montantes das obrigações	<b>16.128</b>	14.513
Valor presente da obrigação descoberta	<b>14.182</b>	13.092
<b>Ativo atuarial líquido</b>	<b>14.182</b>	13.092
<b>Ativo do plano</b>	<b>14.182</b>	13.092
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	<b>(7.560)</b>	(8.861)
<b>Ativo líquido reconhecido</b>	<b>6.622</b>	4.231

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 11. Superávit – Plano de Benefício Definido--Continuação

#### a) Plano de benefício definido--Continuação

Os valores reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e no resultado abrangente são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo reconhecido no início do exercício	4.231	3.911
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios	392	503
Valor reconhecido de resultados abrangentes	1.999	(183)
<b>Ativo líquido reconhecido</b>	<b>6.622</b>	4.231

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

<b>Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2016</b>	14.512
Rendimento esperado dos ativos do Plano	1.564
Benefícios pagos pelo fundo	(29)
Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	81
	<u>16.128</u>
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2016</b>	1.421
Custo dos juros	156
Custo do serviço corrente	60
Benefícios pagos pelo Fundo	(29)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	339
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2017</b>	<u>1.947</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

<b>Premissas atuariais</b>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa nominal de desconto atuarial	<b>10,17%</b>	10,79%
Taxa real de juros	<b>5,43%</b>	5,72%
Inflação medida	<b>4,50%</b>	4,80%
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano	<b>10,17%</b>	10,79%
Rotatividade	<b>Nulo</b>	Nulo
Taxa nominal de progressão salarial para participantes ativos	<b>2,00%</b>	2,00%
Tábua de mortalidade participantes ativos e assistidos	<b>AT-2000</b>	AT-2000

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 11. Superávit - Plano de Benefício Definido--Continuação

#### b) Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia, em no exercício de 2017 foi de R\$1.618 (R\$1.602 em 2016).

### 12. Imobilizado

A concessionária considera como ativo imobilizado, os prédios administrativos, móveis e utensílios, veículos, dentre outros, os quais são considerados como ativos não elétricos.

Também estão registrados como ativo imobilizado, a participação da DMED na UHE Machadinho, conforme Contrato de Concessão nº 09/1997 – ANEEL.

A composição do ativo imobilizado e da depreciação acumulada são como segue:

	<b>Taxas anuais médias de depreciação (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação e amortização acumuladas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Valor líquido 31/12/2016</b>
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	5,83%	30.456	(14.089)	<b>16.367</b>	15.797
Distribuição	6,10%	16.739	(8.587)	<b>8.152</b>	12.256
Administração	8,50%	21.958	(7.562)	<b>14.396</b>	14.320
		<b>69.153</b>	<b>(30.238)</b>	<b>38.915</b>	42.373

Segue abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado:

	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2017</b>
Terrenos	3.921	-	-	(2.091)	<b>1.830</b>
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	12.131	-	-	-	<b>12.131</b>
Edificações, obras civis e benfeitoria	24.956	-	-	-	<b>24.956</b>
Máquinas e equipamentos	23.160	203	(134)	-	<b>23.229</b>
Veículos	5.035	1.201	(674)	-	<b>5.562</b>
Móveis e utensílios	1.445	-	-	-	<b>1.445</b>
	<b>70.648</b>	<b>1.404</b>	<b>(808)</b>	<b>(2.091)</b>	<b>69.153</b>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 12. Imobilizado--Continuação

A movimentação da depreciação acumulada está assim apresentada:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitoria	(5.970)	(830)	-	(6.800)
Reserv. barragens e adutora – Machadinho	(5.918)	(402)	-	(6.320)
Máquinas e equipamentos	(11.278)	(1.465)	379	(12.364)
Veículos	(4.479)	(235)	673	(4.041)
Móveis e utensílios	(630)	(83)	-	(713)
	(28.275)	(3.015)	1.052	(30.238)

### 13. Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL na Resolução nº 674/2015 para depreciação da infraestrutura.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro da concessão.

O saldo de intangível está composto como segue:

	Custo	Deprec. acumulada	Valor residual de 31/12/2017	Valor residual de 31/12/2016
Geração:	49.893	(26.322)	23.571	24.945
Distribuição:	186.961	(63.850)	123.111	121.651
Administração:	782	(439)	343	1.336
	237.636	(90.611)	147.025	147.932

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 13. Intangível--Continuação

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Saldo de 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Ativo Financeiro	Saldo de 31/12/2017
Geração:	24.945	216	(181)	(1.409)	-	23.571
Distribuição:	121.651	10.378	(1.457)	(7.024)	(437)	123.111
Administração:	1.336	271	(1.215)	(49)	-	343
	147.932	10.865	(2.853)	(8.482)	(437)	147.025

#### Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração o valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (a partir de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

### 14. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de energia elétrica	3.843	3.159
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	838	458
Fornecedores - Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	2.125	900
Materiais e serviços	4.454	2.302
	11.260	6.819

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Credores diversos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores	145	112
Empregados	81	287
Taxa de Iluminação Pública Arrecadada	925	1.131
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - CIP	3.154	3.031
Cauções em garantia	89	193
Outros	440	513
	<u>4.834</u>	<u>5.267</u>

### 16. Encargos regulatórios

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - COFURH	120	260
Quota da CDE	1.898	1.340
Taxa de Fiscalização - ANEEL	26	26
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	1.046	-
Demais encargos setoriais	22	21
<b>Total</b>	<u>3.112</u>	<u>1.647</u>

### 17. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)

<u>Pesquisa e desenvolvimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	60	46
Ministério de Minas e Energia - MME	30	23
Recursos em Poder da Empresa	2.182	2.612
Total circulante	<u>2.272</u>	<u>2.681</u>
<b>Programa de eficiência energética</b>	<u>2.613</u>	<u>3.396</u>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 18. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2017	31/12/2016
ISS - Serviços de Terceiros	30	63
ICMS	3.898	3.517
IRRF - Serviços de Terceiros	26	14
IRRF – Juros Sobre Capital Próprio	198	-
IRPJ- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	294	3.567
INSS	408	450
FGTS	161	192
Pis/Pasep	318	272
Cofins	1.498	1.283
CSLL	165	2.000
	<b>6.996</b>	<b>11.358</b>

### 19. Provisões para contingência

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração.

	31/12/2016	Constituição de provisão	Reversão da Provisão	Realização Pagamentos	31/12/2017
<u>Circulante</u>					
Cíveis	-	19	-	-	19
	-	19	-	-	19
<u>Não circulante</u>					
Cíveis	2.543	5.876	(98)	(39)	8.282
Trabalhistas	3.677	551	(212)	(1.400)	2.616
Tributárias:					
Federal	19.023	4.968	-	-	23.991
Estadual	1.027	3.472	(21)	-	4.478
	26.270	14.867	(331)	(1.439)	39.367
Total	26.270	14.886	(331)	(1.439)	39.386

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **19. Provisões para contingência--Continuação**

a) Cíveis

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 8.292. As ações cíveis classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$ 9.503.

b) Trabalhistas

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações), que com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, seguindo os critérios definidos pela Administração são considerados com risco de perda provável, e portanto, provisionadas em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$2.617 (R\$3.677 em 2016). As ações trabalhistas classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$88.

c) Fiscais - não recolhimento de tributos federais

Em 15 de dezembro de 2004 foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que entre 2007 e 2010, a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (reciproca) da Companhia.

Em 2014, baseada em decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado. Dessa forma, a Companhia mantém provisionado o montante de R\$ 15.890 referente aos autos de 2007 a 2010 para o correspondente aos itens não julgados procedentes pelo CARF.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 19. Provisões para contingência--Continuação

#### d) Fiscais - não recolhimento de INSS Terceiras Entidades

A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades, férias, prêmio produtividade, alimentação, mutas acessórias, relativo ao período de 04/2004 a 09/2008. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 8.051 e foi contabilizado pela Companhia.

O valor estimado das ações fiscais classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$4.502.

#### e) Fiscais – ICMS Subvenções

A DMED sofreu fiscalização da Receita Estadual, a qual constatou base de cálculo a menor para recolhimento do ICMS nas NF/CEE, decorrente da não inclusão das parcelas da subvenção econômica recebidas das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás e da União, oriundas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), instituída pela Lei 10.438/2002 e modificada pela Lei nº 12.783/2013, relativo ao período de 01/2013 a 12/2016. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 2.834 e foi contabilizado pela Companhia.

### 20. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Capital subscrito	476.785.114	222.950
Capital social	476.785.114	222.950

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 20. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas de capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

d) Destinação do lucro líquido

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>6.398</b>	2.041
(-) Reserva legal	<b>(320)</b>	(102)
Base de cálculo	<b>6.078</b>	1.939
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>1.520</b>	485

#### *Juros sobre capital próprio*

No exercício de 2017 a Companhia deliberou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio para a sua controladora DME Poços de Caldas Participações, conforme estabelecido no Estatuto Social da DMED, ou seja, não devendo o mesmo ultrapassar o limite de 25% referente aos dividendos obrigatórios, do qual o mesmo será deduzido.

O montante de juros sobre capital próprio pagos em 2017 foi de R\$ 3.646.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 21. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fornecimento de energia elétrica	<b>155.896</b>	159.093
Suprimento de energia elétrica	<b>21.862</b>	27.242
Energia elétrica de curto prazo	<b>32.121</b>	10.843
	<b>209.879</b>	197.178
Receita de construção	<b>17.049</b>	10.888
Serviço taxado	<b>299</b>	259
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serviço concedido	<b>8.923</b>	1.078
Outros serviços cobráveis	<b>31</b>	18
	<b>236.181</b>	209.421
<b>Deduções da receita operacional:</b>		
<b>Impostos sobre a receita</b>		
ICMS	<b>(41.203)</b>	(55.460)
PIS/PASEP	<b>(4.023)</b>	(5.018)
COFINS	<b>(18.703)</b>	(23.345)
	<b>(63.929)</b>	(83.823)
<b>Encargos do consumidor</b>		
Taxa de fiscalização	<b>(314)</b>	(310)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	<b>(943)</b>	(1.329)
Pesquisa e Desenvolvimento	<b>(625)</b>	(423)
Programa de Eficiência Energética	<b>(625)</b>	(423)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	<b>(24.116)</b>	(27.469)
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	<b>(4.982)</b>	(57)
	<b>(31.605)</b>	(30.011)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>140.646</b>	95.587

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 21. Receita operacional líquida--Continuação

#### a) Fornecimento de energia elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nº CONS	MWH	R\$/MIL	N.ºCONS	MWH	R\$/MIL
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	65.241	116.559	71.837	61.969	111.928	92.295
Residencial baixa renda	2.494	5.442	1	4.080	6.904	2
Industrial	330	42.860	18.595	352	80.064	54.969
Comercial	5.530	72.123	36.545	5.610	75.535	52.045
Rural	719	6.356	2.341	724	6.163	2.939
Poder público	425	5.913	2.893	428	6.367	4.179
Ilum. Pública	10	22.014	6.431	10	19.415	7.285
Serviço público	102	13.524	4.399	101	13.784	6.151
Energia Elétrica – CCEE	-	-	32.121	-	-	10.843
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	-	398	-	-	351
Receita - custo de conexão cons. Livres	-	-	-	-	-	4
Receita - consumidores livres	13	-	18.281	-	-	8.448
Outros – Encerramento Contratual	-	-	978	-	-	-
Rec. ultrapassagem de demanda e ex. reativo	-	-	(683)	-	-	(1.023)
<b>Subtotal</b>	<b>74.864</b>	<b>284.793</b>	<b>194.137</b>	<b>73.274</b>	<b>320.160</b>	<b>238.488</b>
Receita CVA ativa/passiva não faturada	-	-	16.761	-	-	(41.433)
Fornec.não faturado exerc.anterior	-	-	(7.236)	-	-	(7.113)
Fornec.não faturado	-	-	6.217	-	-	7.236
<b>Total</b>	<b>74.864</b>	<b>284.793</b>	<b>209.879</b>	<b>73.274</b>	<b>320.160</b>	<b>197.178</b>

O consumo próprio da Companhia corresponde a 1.168 MWh e 23 instalações de consumo.

#### b) Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição - Consumidores Livres

Parcela referente ao consumidor industrial na área de concessão da Companhia que está na condição de “livre”. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição “TUSD” desse consumidor livre, é cobrado pela Companhia conforme demonstrado na nota explicativa acima como: receita pela disponibilidade da rede elétrica, receita custo de conexão consumidores livres e receita consumidores livres.

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 21. Receita operacional líquida--Continuação

#### c) Receita CVA ativa/passiva não faturada

As receitas decorrentes das variações da conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser registrados a partir de 10 de dezembro de 2014, mediante aditamento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Os montantes registrados na receita decorrem das constituições realizadas durante o exercício de 2017, os quais serão homologados nos próximos reajustes tarifários da DMED.

### 22. Custo do serviço, operação, despesas e receitas operacionais

Os custos com energia elétrica e operação, bem como, as despesas e receitas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza de gasto	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de operação e construção	Sub total custo	Despesas operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	-	19.218	19.218	8.747	<b>27.965</b>	35.078
Material	-	869	869	972	<b>1.841</b>	3.144
Serviços de terceiros	-	3.283	3.283	4.296	<b>7.579</b>	14.148
Custo de construção	-	17.049	17.049	-	<b>17.049</b>	10.888
PROINFA e energia comprada p/revenda	47.389	-	47.389	-	<b>47.389</b>	39.677
Encargos do uso sistema transmissão/distribuição	10.814	-	10.814	-	<b>10.814</b>	8.044
Depreciação	-	9.246	9.246	1.159	<b>10.405</b>	10.583
Arrendamentos e Aluguéis	-	17	17	-	<b>17</b>	19
Seguros	-	-	-	8	<b>8</b>	9
Tributos	-	2.380	2.380	229	<b>2.609</b>	2.447
Doações, contribuições e subvenções	-	55	55	147	<b>202</b>	(10.187)
Provisão	-	-	-	16.048	<b>16.048</b>	5.715
(-) Reversão da provisão	-	-	-	(357)	<b>(357)</b>	(1.840)
(-) Recuperação de despesas	-	(1.426)	(1.426)	(299)	<b>(1.725)</b>	(3.615)
Compartilhamento de infraestrutura	-	(3.082)	(3.082)	-	<b>(3.082)</b>	(1.792)
Serviços de operação e manutenção	-	(2.712)	(2.712)	-	<b>(2.712)</b>	(3.982)
Encerramento contratual com consumidores	-	-	-	-	-	(1.025)
Ganho pelo valor de indenização	-	-	-	-	-	(10.224)
Perda ativo indenizável (concessão)	-	-	-	290	<b>290</b>	767
Contribuições patrocínio/apoio cultural/termo de cooperação	-	-	-	124	<b>124</b>	767
Perda - desativação de bens e direitos	-	-	-	1.976	<b>1.976</b>	1.367
Ganho alienação de bens e direitos	-	-	-	(351)	<b>(351)</b>	(37)
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	16	<b>16</b>	79
Indenização por perdas e danos	-	-	-	427	<b>427</b>	259
Taxas de Arrecadação	-	-	-	720	<b>720</b>	-
Outros	-	(179)	(179)	1.040	<b>860</b>	186
Total	58.203	44.718	102.921	35.191	<b>138.112</b>	100.475

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 23. Detalhamento de custos de pessoal e compra de energia

Os custos e despesas com pessoal incorridos durante os exercícios de 2017 e 2016 são:

	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Pessoal</u></b>		
Remunerações	14.484	17.082
Encargos sociais	5.240	6.019
Auxílio-alimentação	2.289	2.947
Convênio assist. e outros benefícios	1.779	2.236
Provisões de férias e 13º - com encargos	4.012	4.602
Entidade de previdência privada	1.618	1.602
Prêmio produtividade	1.891	1.576
Programa de Demissão Voluntária – PIDV	144	3.044
Outros	216	141
(-)Transferências p/ imobilização em curso	(3.708)	(4.170)
<b>Total</b>	<b>27.965</b>	<b>35.078</b>

Os custos com a compra de energia elétrica comprada para revenda por natureza são:

	Quantidade de MWh		Em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PROINFA	7.152	8.021	3.486	3.822
QUOTAS DE ITAIPU	98.808	110.188	19.648	20.155
CCEE e encargos	-	-	10.065	9.076
Usinas Termonucleares Angra I e Angra II	17.221	17.269	3.866	3.430
Regime de cotas de garantia física	93.639	79.381	13.262	4.995
Energia de Microgeração	34	14	21	7
Leilão	3.655	8.442	839	1.576
	<b>220.509</b>	<b>223.315</b>	<b>51.187</b>	<b>43.061</b>
(-) Créditos recuperáveis	-	-	(3.798)	(3.384)
	-	-	<b>47.389</b>	<b>39.677</b>
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	10.814	8.044
<b>Total</b>	<b>220.509</b>	<b>223.315</b>	<b>58.203</b>	<b>47.721</b>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 24. Receitas e despesas financeiras

Receita financeira	31/12/2017	31/12/2016
Renda de aplicações financeiras	6.561	9.884
Varição monetária e acréscimo moratório - energia vendida	5.437	9.848
Atualização depósitos judiciais	446	430
Atualização Plano de Benefício Definido	392	502
Outras receitas financeiras	1.631	299
	<b>14.467</b>	20.963
<b>Despesa financeira</b>		
Atualização dos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(344)	(607)
Varição monetária - passivo financeiro setorial	(1.922)	(10.074)
Outras despesas financeiras	(1.388)	(622)
	<b>(3.654)</b>	(11.303)
Resultado financeiro líquido	<b>10.813</b>	9.660

### 25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2017 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14:

- a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados do exercício:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	13.347	13.347	4.801	4.801
Adições	17.645	17.645	48.932	48.932
Exclusões	(4.317)	(4.317)	(25.777)	(25.777)
<b>Base de cálculo</b>	<b>26.675</b>	<b>26.675</b>	27.956	27.956
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.001	2.401	4.193	2.516
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.668	-	2.772	-
Outros ajustes	1.634	437	(184)	-
Total impostos correntes	<b>8.303</b>	<b>2.838</b>	6.781	2.516

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentado a seguir:

<b>Diferenças temporárias</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisões	<b>27.361</b>	14.936
Previd. privada	<b>(6.622)</b>	(4.231)
Atualização do ativo financeiro	<b>1.679</b>	1.389
<b>Base impostos diferidos</b>	<b>22.418</b>	12.094
Alíquota aplicável	<b>34%</b>	34%
Impostos diferido ativo líquido	<b>7.622</b>	4.112
Imposto diferido líquido no resultado do exercício	<b>4.192</b>	6.537
Imposto diferido líquido no resultado abrangente	<b>(682)</b>	-
	<b>3.510</b>	6.537

### 26. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., que detém 100% das ações da sociedade.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) CIP - Contribuição para Iluminação Pública

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - CIP	<b>3.154</b>	3.031

b) Produtos e serviços

<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
DME - Energética S.A.	Receita pela disponibilidade da rede elétrica	<b>398</b>	351

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração total do pessoal-chave pela Administração da Companhia está composta como segue:

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 26. Transações com partes relacionadas--Continuação

#### b) Produtos e serviços--Continuação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários	<b>691</b>	386
Encargos sociais	<b>307</b>	134
Férias e 13º salário	<b>192</b>	143
Vale alimentação/refeição	<b>24</b>	20
Outros benefícios	<b>225</b>	78
	<b>1.439</b>	761

### 27. Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros por categoria são como segue

<b>Ativos financeiros</b>	<u>31/12/2017</u>			<b>Total</b>
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Disponível para venda</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	-	<b>71.386</b>	-	<b>71.386</b>
Consumidores e concessionárias	<b>32.311</b>	-	-	<b>32.311</b>
Ativos financeiros setoriais	<b>28.902</b>	-	-	<b>28.902</b>
Ativo financeiro indenizável	-	-	<b>4.935</b>	<b>4.935</b>
	<b>61.213</b>	<b>71.386</b>	<b>4.935</b>	<b>137.534</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Outros ao custo amortizado</b>			<b>Total</b>
Fornecedores	<b>11.260</b>	-	-	<b>11.260</b>
Folha de Pagamento	<b>407</b>	-	-	<b>407</b>
Encargos Regulatórios	<b>3.112</b>	-	-	<b>3.112</b>
Pesquisa e Desenvolvimento	<b>2.272</b>	-	-	<b>2.272</b>
Programa de Eficiência Energética	<b>2.613</b>	-	-	<b>2.613</b>
Tributos e Contribuições Sociais	<b>6.996</b>	-	-	<b>6.996</b>
Passivos financeiros setoriais	<b>37.911</b>	-	-	<b>37.911</b>
	<b>64.571</b>	-	-	<b>64.571</b>

## DME Distribuição S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 27. Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria são como segue--Continuação

Ativos financeiros	31/12/2016			Total
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	
Caixa e equivalentes de caixa	-	73.020	-	73.020
Consumidores e concessionárias	33.320	-	-	33.320
Ativos financeiros setoriais	6.315	-	-	6.315
Ativo financeiro indenizável	-	-	2.697	2.697
	39.635	73.020	2.697	115.352

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado		Total
Fornecedores	6.819	-	6.819
Folha de Pagamento	435	-	435
Encargos Regulatórios	1.647	-	1.647
Pesquisa e Desenvolvimento	2.681	-	2.681
Programa de Eficiência Energética	3.396	-	3.396
Tributos e Contribuições Sociais	11.358	-	11.358
Passivos financeiros setoriais	32.981	-	32.981
	59.317	-	59.317

### 28. Gestão de risco financeiro

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Supervisão Financeira da DMED identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **28. Gestão de risco financeiro--Continuação**

#### Fatores de risco financeiro--Continuação

##### *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

##### *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Gerência Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Supervisão Financeira. A Supervisão Financeira investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$70.887 (em 2016 R\$72.078) e outros ativos líquidos de R\$79.534 (em 2016 R\$57.683), os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez a valores nominais.

##### *Risco regulatório*

As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL. A metodologia de revisão tarifária (ciclo de revisão) é de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão.

As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas empresas do setor, embora possam ser compensadas em períodos subsequentes por outros reajustes.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **28. Gestão de risco financeiro--Continuação**

#### Fatores de risco financeiro--Continuação

##### *Risco de escassez de energia elétrica*

A energia vendida pela Companhia é basicamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Conforme análise feita pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o risco de déficit de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentou de 0,3% para 1,2% e permanece em 0,0%, para os subsistemas Sudeste/Centro – Oeste e Nordeste, respectivamente, considerando a configuração do sistema do programa Mensal de Operação (PMO) de janeiro de 2018.

##### *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Como a DMED era uma autarquia até 6 de maio de 2010, todo o seu lucro líquido até então era incorporado ao seu capital social, pois não havia distribuição de dividendos. Sendo assim, todo o capital da Companhia hoje é formado pelos resultados obtidos anteriormente, o que gerou caixa suficiente para cumprir com todas as suas obrigações.

### **29. Cobertura de seguros**

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2017 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **30. Eventos Subsequentes**

#### Alteração do Estatuto Social da DMED:

Com base na anuência prévia da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, expedida através do Despacho nº 186, de 24/01/2018, e nas deliberações do Conselho de Administração da DME Poços de Caldas Participações S/A – DME, proferidas na 110ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/02/2018, foi aprovada a alteração do § 1º do Artigo 9º do Estatuto social da DMED, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “§1º. *O valor dos juros sobre capital próprio pagos ou creditados será imputado aos dividendos obrigatórios*”.

#### **Diretoria**

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Durante de Oliveira  
Diretor Administrativo Financeiro

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Técnico Interino

#### **Responsável Técnico**

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG 090512/O-2

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

### 1 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA

#### 1.1 Número de consumidores, consumo de energia e balanço energético:

O DMED é uma concessionária de geração e distribuição de energia elétrica situada no município de Poços de Caldas-MG. Em 2017 foram adicionadas 2.352 unidades consumidoras representando aumento de 3% em relação a 2016, totalizando 74.874 consumidores. A Classe Residencial, foi responsável pelo incremento de 2.698. Em contrapartida, nas Classes Comercial e Industrial registrou-se as principais retrações sendo 276 e 50 unidades, respectivamente.

O consumo total de energia elétrica foi de 285,96 MWh, 29% inferior ao ano de 2016. As maiores reduções de consumo foram nas classes Industrial e Comercial, com quedas de 109,558 MWh e 9.324 MWh,

O Balanço Energético apura as sobras ou déficits de energia elétrica. A energia disponível é proveniente da Geração Própria, Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos Bilaterais e Quotas de Energia de Itaipu, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, das Usinas Angra I e Angra II, de Garantia Física e de Potência das Usinas Hidrelétricas enquadradas na Lei 12.783/2013. A energia requerida corresponde ao mercado de venda da concessionária, adicionado de perdas.

O Balanço Energético encerrou o ano de 2017 com uma sobrecontratação de 106.668 MWh. Os principais fatores que contribuíram para esse cenário foram: migração de grandes consumidores industriais do tipo cativo para o tipo especial ocorridos em 2016 e que se mantiveram em 2017; retração do mercado cativo de consumo; e, por fim, aumento das Quotas de garantia Física. Cabe esclarecer que a sobra de energia elétrica é negociada no Mercado de Curto Prazo – MCP ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

### 2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 2.1 – Receitas, Deduções e Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais, compostas principalmente pelo fornecimento de energia elétrica, encerraram 2017 com R\$ 236 milhões, isto é, aumento de 13% ante o mesmo período de 2016. Reflexo da Venda de Energia de Curto Prazo, liquidada a preços maiores e a reclassificação contábil dos Descontos Incidentes sobre as Tarifas – CDE, de Outras Receitas Operacionais para a Receita Bruta. A queda no Fornecimento de Energia Elétrica dá-se pela migração de grandes consumidores cativos para o tipo livre/especial.

Os encargos regulatórios apresentaram acréscimo de 5% - encerrando 2017 com R\$ 31,6 milhões. Por fim, a receita operacional líquida foi de R\$ 140,6 milhões (47% de acréscimo ante 2016).

#### 2.2 – Gastos

Os Gastos representam os desembolsos (custo e despesas) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2017 somaram R\$ 138,1 milhões – aumento de 37% em relação a 2016, puxadas pelo aumento do PROINFA / Energia comprada para revenda em 19%, Encargos do Uso do Sistema de Transmissão em 34%, Custo de Construção em 57% e Provisões em 181% com relação a 2016. Por sua vez, nos gastos plenamente gerenciáveis, Pessoal, Material e Serviço de terceiros, em todas as rubricas houveram retração, fruto do esforço e das ações da administração em reduzir gastos.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Gastos</b>	<b>(138.113)</b>	<b>(100.475)</b>
Pessoal	(27.965)	(35.078)
Material	(1.841)	(3.144)
Serviços	(7.579)	(14.148)
Outros	(100.728)	(48.105)

#### 2.3 - Resultado Operacional, Financeiro e Lucro Líquido

O resultado operacional encerrou 2017 com o saldo positivo frente a 2016, de R\$ 7,3 milhões, sendo que o resultado financeiro ficou em R\$ 10,8 milhões.

Por fim, refletindo os aumentos percebidos nas receitas, os lucros bruto e líquido encerraram o exercício com R\$ 13,3 e R\$ 6,4 milhões, respectivamente (178 e 213% ante o mesmo período de 2016).

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2.534</b>	<b>(4.859)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>10.813</b>	<b>9.660</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>13.347</b>	<b>4.802</b>
CSLL/IRPJ	(6.949)	(2.759)

### **3 – ASPECTOS REGULATÓRIOS E TARIFÁRIOS**

#### **3.1 – Reposicionamento Tarifário – IRT**

O Reajuste Tarifário Anual da DMED conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 15,38%, sendo de 14,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 15,80%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

No processo de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 4,67% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável em -1,00%.

A atualização dos componentes financeiros, apurados no atual reajuste, para compensação nos 12 meses subsequentes, contribuíram no efeito tarifário em -6,13%. E a retirada dos componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anual de 2016, que contribuíram com uma redução nas tarifas estabelecidas em 2016, representam um aumento de 17,84% no reajuste 2017.

### **4 – INVESTIMENTOS**

Durante o ano de 2017 a DMED realizou investimentos totalizando pouco mais de R\$ 17 milhões. Os principais valores foram: R\$ 6.077 milhões destinados diretamente em melhorias das redes de distribuição, R\$ 3.896 milhões na construção de um novo bay na subestação interligação, R\$ 3.761 milhões na construção da rede subterrânea da rua Marechal Deodoro, R\$ 2.079 milhões em sistemas de medição.

### **5 – QUALIDADE DO SERVIÇO**

#### **5.1 – Indicadores de qualidade**

O desempenho dos principais indicadores de qualidade, mantiveram-se em níveis excelentes, sendo que o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) resultou em 2,4 e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) resultou em 2,0, para metas limites estabelecidos pela ANEEL de 8 para ambos.

### **6 – OUTRAS ATIVIDADES**

#### **6.1 – Recursos Humanos / Treinamento e Desenvolvimento**

A DMED seguiu com os investimentos em treinamentos operacionais e de segurança. Podemos destacar também ações como a Integração dos Novos Aprendizes, o evento em comemoração ao Dia da Mulher e reuniões ativas e frequentes realizadas entre os diretores e os gestores.

#### **6.2 – Planejamento Estratégico**

Em 2017, a alta direção optou por reavaliar diretrizes para o ciclo 2017-2021 de forma alinhar as oportunidades e riscos aos novos desafios do setor elétrico, foram reformulados e selecionados objetivos principais para execução.

#### **6.3 – Segurança do Trabalho**

Manteve-se a atualização do programa de prevenção de riscos, manutenção do sistema de combate a incêndios, realização de testes dielétricos em equipamento de segurança, realização de treinamentos diversos para funcionários próprios e para terceiros, formação e gestão da CIPA, atualização do programa de controle médico, bem como, avaliação de seus resultados.

### **7 – Meio Ambiente**

A DMED, buscando minimizar o impacto ambiental de suas atividades, desenvolve cotidianamente várias ações preventivas e corretivas. Relaciona-se a seguir as principais ações e resultados de 2017.

Controle de Impactos Ambientais: minimização dos impactos com a arborização urbana, por meio da ampliação de seu sistema de distribuição com a implantação de redes compacta (MT) e isolada (BT), e treinamento com ênfase em poda de árvores para seus funcionários e terceirizados; monitoramento da qualidade da água em diversos pontos das bacias do Ribeirão Cipó e Ribeirão das Antas e do sistema de tratamento de efluentes localizado na área do almoxarifado; monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associados à UHE Walther Rossi (Antas II).

Melhoria da Qualidade Ambiental: proteção ambiental da fauna, flora e mananciais nas áreas de usinas e represas da DMED, através de convênio celebrado com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – 18ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito, que busca intensificar as ações de fiscalização nestas áreas; realização de atividades diversas de educação ambiental na área da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Rio das Antas e entorno; execução do “Projeto Adotando Nascentes”, que visa à proteção de áreas adjacentes a nascentes existentes na área rural de Poços de Caldas, por meio de cercamento e recuperação da vegetação nativa; continuidade no reflorestamento no entorno do reservatório da Barragem do Cipó.

### **8 – RESPONSABILIDADE SOCIAL**

#### **8.1 – Programas de Eficiência Energética – PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

Os Programas de PEE e P&D instituídos pela ANEEL visam incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, bem como, promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia por meio de

projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia.

Em 2017, através de PEE, a DMED concluiu dois projetos de instalação de sistemas de aquecimento de água com utilização de energia solar e substituição de lâmpadas fluorescentes por LED nos Condomínios Residenciais Parque das Nações e Jardim dos Pássaros, atendendo 407 famílias, através da implantação de 104 sistemas de aquecimento e a substituição de 1.990 lâmpadas e, o projeto educacional: “Escola e Cidadãos Ecoeficientes” o qual foi realizado junto às escolas estaduais do ensino fundamental, tendo como objetivos principais o uso racional e seguro da energia elétrica e o consumo consciente. Também, neste ano, foram iniciados três projetos, sendo dois deles enquadrados como prioritários pela ANEEL, realizados junto à UNIFAL-MG e ao IFSULDEMINAS para Retrofit da iluminação e implantação de minigeração fotovoltaica e o outro, de retrofit de iluminação em 6 escolas municipais, os quais deverão ser finalizados em 2018. Todos os projetos de PEE foram executados na cidade de Poços de Caldas, área de concessão da DMED.

O P&D são recursos utilizados em pesquisa e desenvolvimento e possibilitou que a DMED desenvolvesse os seguintes projetos em 2017.

“Estudos da qualidade química, física, radiométrica e biológica da água e do sedimento em bacia hidrográfica sob influência de mineração de urânio e elevada radioatividade natural: técnicas convencionais e nucleares”. Com parceria estabelecida com a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, para execução do projeto, na cidade de Poços de Caldas Iniciado em 2014 e com término previsto para 2017, com investimento de R\$ 717.652,57;

“Desenvolvimento de um Mecanismo para Ganho de Capacidade de Armazenamento em Reservatório”, objetivando o ganho na capacidade instalada de centrais hidrelétricas a jusante, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e a Fundação de Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE, e em cooperação com a DME Energética S.A – DMEE. Este último projeto foi iniciado em 2016, com investimento de R\$ 186.041,17;

“SIASE – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Etapa II”, projeto associado junto a ABRADDEE e várias distribuidoras de energia do Brasil, projeto cooperado que tem como objetivo desenvolver um sistema centralizado que integrará grandes bases de dados e informações sobre o setor, acessíveis em portal web para toda a sociedade, com funcionalidades que auxiliam agentes públicos e privados no planejamento e desenvolvimento setorial e do PEE, bem como na inteligibilidade do processo tarifários, com investimento de R\$ 180.000,00;

Projeto Prioritário de Eficiência Energética e Estratégico de P&D “Eficiência Energética e Minigeração em Instituições Públicas de Educação Superior” junto a IF – Instituto Federal campus Poços de Caldas denominado “IF Solares”, que propõe o estudo de impacto após implantação de Geração Distribuída de 17 kW via PEE, destacando o perfil de tensão no alimentador; carregamento do transformador, injeção de harmônicos, perdas, ilhamento, correção de fator de potência, limite e sustentabilidade da inserção de Geração Distribuída na rede local e a eficiência técnica e econômica das tecnologias escolhidas, com investimento de R\$ 765.045,82;

Projeto Prioritário de Eficiência Energética e Estratégico de P&D “Eficiência Energética e Minigeração em Instituições Públicas de Educação Superior” junto a UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas, campus Poços de Caldas, denominado “Alocação Ótima e Avaliação dos Impactos dos Níveis de Penetração da Geração Fotovoltaica no Desempenho da Rede de Eletricidade da DME Distribuição S/A”, que objetiva o estudo de impacto após implantação de Geração Distribuída de 70 kW via PEE. Realizar estudos teóricos e experimentais de sistemas de energia solar fotovoltaica, analisando os impactos da geração fotovoltaica na rede de distribuição de eletricidade. Além disso, uma análise do impacto de diferentes micros estações em diversas condições de serviço sobre a rede de distribuição será realizada. Assim, serão estudadas repercussões de falhas localizadas sobre o sistema. Com investimento de R\$ R\$ 633.192,00.

Também em 2017, houve a finalização do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento em parceria com a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear e a FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa intitulado: “Estudos da qualidade química, física, radiométrica e biológica da água e do sedimento em bacia hidrográfica sob influência de mineração de urânio e elevada radioatividade natural: técnicas convencionais e nucleares”. Gastou-se em 2017 cerca de R\$ 66,9 mil com PEE’s e R\$ 1,01 milhões com P&D’s.

## **8.2 – Projetos sociais e culturais**

Os projetos selecionados buscam promover cidadania, saúde, lazer e cultura na nossa cidade, confirmando, mais uma vez, o compromisso com a responsabilidade e inclusão social. Por isso, o Programa recebe apenas projetos originários e que atendam exclusivamente o município de Poços de Caldas. Em 2017, as Empresas DME apoiaram 77 projetos ao valor de R\$ 1,5 milhões, sendo R\$ 1 milhão de patrocínio direto, R\$ 456 mil de incentivo pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (ICMS) e R\$ 100 mil de incentivo pela Lei Rouanet.

## **Agradecimentos**

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMED.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das empresas DME, DMED e DMEE pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

### Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do resultado abrangente .....	10
Demonstração do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	12



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**DME Distribuição S.A. - DMED**  
Poços de Caldas - Minas Gerais

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da DME Distribuição S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião com ressalva**

A Companhia não registrou os efeitos da reavaliação regulatória compulsória, oriunda da homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 27 de outubro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.976, da Base de Remuneração Regulatória para fins da 4ª Revisão Tarifária Periódica. De acordo com o Proret – Procedimentos de Regulação Tarifária, emitido pela ANEEL, a Base de Remuneração deverá ser registrada contabilmente no Ativo Imobilizado em Serviço – AIS até o segundo mês subsequente à aprovação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária. O efeito da reavaliação regulatória compulsória, antes dos efeitos tributários, totaliza R\$16.000 mil na data da homologação da referida base. A Companhia não mensurou os efeitos da não contabilização da referida reavaliação regulatória sobre a depreciação e o ativo imobilizado como um todo. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os saldos em 31 de dezembro de 2017 do ativo imobilizado no montante de R\$130.717 mil (R\$144.454 mil em 2016), seus reflexos na reserva de reavaliação no montante de R\$69.546 mil (R\$57.513 mil em 2016), bem como sobre a depreciação do exercício findo naquela data no montante de R\$6.815 mil (R\$7.111 mil em 2016).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DME Distribuição S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório de auditoria**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não nos foi possível concluir acerca dos efeitos da não contabilização da reavaliação regulatória compulsória sobre os saldos em 31 de dezembro de 2017 do ativo imobilizado no montante de R\$130.717 mil (R\$144.454 mil em 2016), seus reflexos na reserva de reavaliação no montante de R\$69.546 mil (R\$57.513 mil em 2016), bem como sobre a depreciação do exercício findo naquela data no montante de R\$6.815 mil (R\$7.111 mil em 2016). Essa ressalva pode afetar significativamente a apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração podem apresentar distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

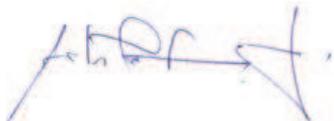
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

## DME Distribuição S.A. - DMED

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>71.386</b>	73.020
Consumidores	5	<b>25.078</b>	29.037
Concessionárias e permissionárias	5	<b>7.233</b>	4.284
Serviços em curso		<b>1.299</b>	2.440
Tributos compensáveis		<b>1.719</b>	1.709
Almoxarifado operacional		<b>1.547</b>	1.574
Ativos financeiros setoriais	7	<b>28.902</b>	6.315
Despesas pagas antecipadamente		<b>310</b>	292
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada		<b>2.734</b>	2.887
Outros ativos circulantes		<b>3.769</b>	12.157
		<b>143.977</b>	133.715
Não circulante			
Títulos de crédito a receber		<b>402</b>	546
Cauções e depósitos vinculados		<b>8.763</b>	8.361
Tributos a compensar		<b>1.231</b>	1.173
Superávit - plano de benefício definido	9	<b>6.622</b>	4.231
Tributos diferidos	10	<b>7.622</b>	4.112
Indenização complementar - MP 579/2012		<b>10.224</b>	-
Imobilizado	6	<b>130.717</b>	144.454
Intangível	6	<b>817</b>	264
		<b>166.398</b>	163.141
Total do ativo		<b>310.375</b>	296.854

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		<b>11.260</b>	6.819
Folha de pagamento		<b>407</b>	435
Credores diversos		<b>4.834</b>	5.268
Passivos financeiros setoriais	7	<b>37.911</b>	32.981
Encargos setoriais	12	<b>3.112</b>	1.647
Pesquisa e desenvolvimento	13	<b>2.272</b>	2.681
Programa de eficiência energética	13	<b>2.613</b>	3.396
Tributos e contribuições sociais		<b>6.996</b>	11.358
Provisão para contingências	11	<b>19</b>	-
Obrigações estimadas		<b>2.512</b>	2.443
Outras contas a pagar		<b>1</b>	1
		<b>71.937</b>	67.029
Não circulante			
Obrigações vinculadas à concessão e perm. serv. públicos		<b>7.787</b>	7.037
Provisões para contingências	11	<b>39.367</b>	26.270
		<b>47.154</b>	33.307
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		<b>222.950</b>	222.950
Reserva de capital		<b>22.783</b>	21.681
Outros resultados abrangentes		<b>(412)</b>	(1.731)
Reserva legal		<b>6.814</b>	6.494
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais		<b>(69.136)</b>	(55.782)
Lucros/prejuízos acumulados		<b>8.283</b>	2.906
		<b>191.284</b>	196.518
Total do passivo		<b>310.375</b>	296.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DME Distribuição S.A. - DMED

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita operacional	16 e 19	<b>219.131</b>	198.533
Fornecimento de energia elétrica		<b>119.479</b>	191.724
Suprimento de energia elétrica		<b>21.862</b>	27.242
Energia elétrica de curto prazo		<b>32.121</b>	10.843
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		<b>19.657</b>	8.802
Ativos e passivos regulatórios		<b>16.761</b>	(41.433)
Outras receitas vinculadas ( 12 )		<b>9.253</b>	1.355
Deduções da receita operacional			
Tributos e encargos		<b>(95.534)</b>	(113.834)
Tributos	19	<b>(63.929)</b>	(83.823)
Federais		<b>(22.726)</b>	(28.363)
Estaduais		<b>(41.203)</b>	(55.460)
Encargos - Parcela "A"	19	<b>(31.606)</b>	(30.011)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		<b>(625)</b>	(423)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		<b>(24.118)</b>	(27.469)
Programa de Eficiência Energética - PEE		<b>(625)</b>	(423)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		<b>(314)</b>	(310)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		<b>(943)</b>	(1.329)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias		<b>(4.982)</b>	(57)
Receita operacional líquida	19	<b>123.597</b>	84.698
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	19	<b>(58.203)</b>	(47.722)
Energia elétrica comprada para revenda		<b>(43.903)</b>	(35.855)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		<b>(3.486)</b>	(3.823)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		<b>(10.814)</b>	(8.044)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	19	<b>65.393</b>	36.977
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	18	<b>(62.896)</b>	(63.688)
Pessoal e administradores		<b>(27.965)</b>	(35.078)
Serviço de terceiros		<b>(7.578)</b>	(14.148)
Material		<b>(1.841)</b>	(3.144)
Arrendamentos e aluguéis		<b>(21)</b>	(21)
Tributos		<b>(2.610)</b>	(2.448)
Seguros		<b>(8)</b>	(9)
Doações, contrib e subvenções		<b>(202)</b>	(193)
Provisão para devedores duvidosos		<b>(994)</b>	(1.101)
Provisões – outras		<b>(15.054)</b>	(3.935)
Depreciação		<b>(6.815)</b>	(7.111)
Amortização		<b>-</b>	-
(-) Recuperação de despesas		<b>1.726</b>	3.616
(-) Reversão da provisão		<b>357</b>	1.161
Gastos diversos		<b>(1.891)</b>	(1.277)
Outras receitas operacionais		<b>6.345</b>	27.735
Outras despesas operacionais		<b>(2.267)</b>	(2.275)
Resultado da atividade da concessão		<b>6.575</b>	(1.252)

## DME Distribuição S.A. - DMED

Demonstração do resultado--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Resultado financeiro líquido		<b>6.575</b>	(1.252)
Receita financeira		<b>14.434</b>	20.964
Despesas financeiras		<b>(3.621)</b>	(11.303)
Lucro antes do IR e CSLL		<b>13.742</b>	7.563
Imposto de renda corrente	10	<b>(8.303)</b>	(6.781)
Contribuição social corrente	10	<b>(2.838)</b>	(2.516)
Impostos diferidos	10	<b>4.192</b>	6.537
Lucro/prejuízo		<b>10.439</b>	5.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DME Distribuição S.A. - DMED

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultados do exercício	<u>10.439</u>	<u>5.650</u>
Resultados abrangentes (Perdas) Ganhos atuariais de plano de benefícios definido	<u>1.319</u>	<u>(183)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>11.759</u></u>	<u><u>5.467</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DME Distribuição S.A. - DMED

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Lucros/ acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	158.585	20.259	(49.284)	6.391	91.210	227.160
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.422	-	-	-	1.422
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(845)	(845)
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	-	-	-	(2.157)	(2.157)
Resultados abrangentes	-	-	(8.229)	-	-	(8.229)
Dividendos complementares	-	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Aumento de capital	64.365	-	-	-	(64.365)	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	5.650	5.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	102	(102)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(485)	(485)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	222.950	21.681	(57.513)	6.493	2.906	196.517
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.102	-	-	-	1.102
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.646)	(3.646)
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	-	-	-	485	485
Resultados abrangentes	-	-	(12.033)	-	-	(12.033)
Outros	-	-	-	-	(60)	(60)
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	10.439	10.439
Lucro líquido do exercício	-	-	-	321	(321)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(1.520)	(1.520)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	222.950	22.783	(69.546)	6.814	8.283	191.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DME Distribuição S.A. - DMED

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>10.439</b>	5.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>411</b>	634
Depreciação e amortização	<b>6.815</b>	7.821
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	<b>(249)</b>	(276)
Tributos diferidos	<b>(4.192)</b>	(6.537)
(Reversão) constituição de provisões para contingências, líquidas	<b>14.555</b>	2.872
	<b>27.779</b>	10.164
Redução (aumento) nos ativos:		
Consumidores e revendedores	<b>598</b>	876
Ativos (passivos) financeiros setoriais	<b>(17.657)</b>	47.153
Superávit - plano de benefício definido	<b>(392)</b>	(503)
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	<b>153</b>	1.180
Demais ativos circulantes e não circulantes	<b>3.251</b>	(6.946)
	<b>(14.047)</b>	41.760
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	<b>4.441</b>	(6.634)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	<b>43</b>	(12)
Tributos e contribuições sociais	<b>8.660</b>	9.297
Encargos regulatórios	<b>1.465</b>	(1.348)
Demais passivos circulantes e não circulantes	<b>(372)</b>	39
	<b>14.237</b>	1.342
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	<b>(13.022)</b>	(5.538)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<b>14.947</b>	47.728
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado e intangível	<b>(12.935)</b>	(18.679)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<b>(12.935)</b>	(18.679)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	<b>(1.520)</b>	(26.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	<b>(2.126)</b>	(845)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	<b>(3.646)</b>	(26.845)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.634)</b>	2.204
Caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	<b>71.386</b>	73.020
No início do exercício	<b>73.020</b>	70.816
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.634)</b>	2.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **DME Distribuição S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional e setor elétrico no Brasil**

A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) é uma empresa pública, sociedade anônima de capital fechado, tendo como único acionista o Município de Poços de Caldas - MG. A reestruturação societária do antigo DME-PC – Departamento Municipal de Poços de Caldas, se deu em cumprimento da segregação de atividades estabelecidas pela Lei nº 10.848/2004, a qual ocorreu após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.269, de 08 de fevereiro de 2010, e a sua transformação jurídica de autarquia para empresa pública, bem como, a alteração de sua denominação social de “DME-PC para “DMED”, ocorreu em 06 de maio de 2010, conforme autorização pela Lei Complementar nº 111 de 26 de março de 2010”. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com sede no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 23.664.303/0001-04 e Inscrição Estadual nº 518.601.288.0094.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, por meio das usinas hidrelétricas atualmente existentes, e a distribuição desta energia elétrica na sua área de concessão, no Município de Poços de Caldas, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão nº 48/1999 referente à geração, foi assinado em 28 de junho de 1999 entre a União (via delegado ANEEL) e a DMED, antigo DME-PC.

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 49/1999 – ANEEL, para distribuição de energia elétrica entre a União e a DME Distribuição S/A – DMED, o qual formaliza a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 49/1999 até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro do Estado de Minas e Energia de 09 de novembro de 2015, com fulcro na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

A DMED detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirituba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, por meio da participação de 2,7326% no Consórcio Machadinho, o que lhe garantiu em 2017 uma quota de energia de 110.534 MWh.

A DMED conta atualmente com o quadro de 207 funcionários, atendendo 74.887 consumidores que em 2017 requisitaram 285.960 MWh. Seu parque gerador no Município de Poços de Caldas é composto de três usinas hidrelétricas, com geração da ordem de 82.421 MWh.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional e setor elétrico no Brasil--Continuação

Desta forma, considerando a energia gerada pelas três usinas instaladas no Município de Poços de Caldas e a quota-parte referente à Usina de Machadinho, a geração própria total foi de 192.955 MWh.

A DMED possui as seguintes centrais geradoras e subestações em operação no Município:

- UHE Walther Rossi - Antas II.
- MCH José Togni - Bortolan.
- PCH Eng.º Ubirajara Machado de Moraes - Véu das Noivas.
- Subestação de Interligação DME/Furnas.
- Subestação Saturnino.
- Subestação Osório.

A DMED detém com a ANEEL as seguintes concessões de Geração:

USINAS	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Final da Concessão
PCH José Togni	Antas	0,715	0,715	Registro	-
PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes	Antas	0,8	0,8	Registro	-
PCH Walther Rossi – Antas II	Antas	16,5	16,5	13/03/1979	13/03/2029
UHE Machadinho (2,7326%)	Pelotas	1.140	12,93	15/07/1997	15/07/2032

Através da Portaria nº 629 de 3 de novembro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, foi prorrogada por mais 20 anos a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica denominada Walther Rossi - Antas II, prazo contado a partir de 14 de março de 2009 e regulada conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4547 de 11 de fevereiro de 2014.

#### Reajuste tarifário de 2017 da DMED

Através da Resolução Homologatória nº 2345 de 14 de novembro de 2017, os consumidores atendidos pela DMED, tiveram as tarifas em média reajustadas em 15,38%, sendo 14,61% para alta tensão e 15,80% para baixa tensão, que estarão em vigor durante o período de 22 de novembro de 2017 a 21 de novembro de 2018.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional e setor elétrico no Brasil--Continuação**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **3.1. Práticas contábeis gerais**

##### **a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### b) Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, torna necessário um exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias, segundo avaliação da Companhia, são: registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; provisão para crédito de liquidação duvidosa; Ativos e Passivos Financeiros Setoriais-Conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A", avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias e premissas atuariais do plano de pensão.

##### c) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

##### c.1) *Ativos financeiros*

##### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### c) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

###### c.1) *Ativos financeiros* --Continuação

###### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos financeiros que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

###### Empréstimos e recebíveis:

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A amortização dos juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

###### Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

###### Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### c) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

###### c.2) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

###### c.3) *Impairment de ativos e passivos financeiros*

###### Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### c) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros--Continuação

###### c.3) *Impairment de ativos e passivos financeiros*--Continuação

###### Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

##### d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis --Continuação**

#### **3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação**

##### **e) Consumidores, concessionárias e permissionárias --Continuação**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

São considerados ativos financeiros e classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos, e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

##### **f) Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis --Continuação**

#### **3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação**

- g) Encargos regulatórios

##### *Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)*

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

*Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

##### *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

##### *Encargo do Serviço do Sistema (ESS)*

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

##### *Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)*

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculados pelo valor da energia produzida.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### g) Encargos regulatórios--Continuação

###### *Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ContaBandeiras)*

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

##### h) Benefício a empregados

###### *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia reconhece todas as despesas com os planos de contribuição definida no resultado como despesa com pessoal.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### h) Benefício a empregados--Continuação

###### *Planos de benefício definido*

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionado ao serviço passado dos empregados devem ser reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na medida em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa deve ser reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, e exercícios anteriores a 2017, a Companhia incorreu em um superávit do plano de benefício definido.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### i) Provisões--Continuação

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente às orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

##### j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### *O imposto corrente*

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício, com base nas taxas de impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

*O imposto diferido*

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Administração não reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias quando há incertezas significativas na estimativa dos lucros tributáveis futuros na época em que as provisões, que geram tais diferenças temporárias, sejam efetivamente incorridas.

k) Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica ("CCEE")

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, quando as informações disponibilizadas pela CCEE não estão disponíveis.

l) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

A receita não faturada, corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis --Continuação

#### 3.1. Práticas contábeis gerais--Continuação

##### l) Reconhecimento da receita--Continuação

A Receita Financeira está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

##### m) Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido societário ajustado. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os dividendos não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data da referida demonstração.

##### n) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência. A Companhia considera que o impacto da adoção dessas normas não será material. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

<b>CPC 48</b> Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.
<b>CPC 47</b> Receita de contrato de cliente	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 – Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis --Continuação**

#### **3.2. Práticas contábeis específicas**

As práticas contábeis específicas utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Imobilizado em serviço: compreende o custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação compulsória registrado em 28 de setembro de 2015 movimentado por adições, baixas e depreciação até 31 de dezembro de 2017. Os bens e direitos em função do serviço são cadastrados e controlados em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa ANEEL nº 674 publicada em 11 de agosto de 2015. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos promovidos pela ANEEL de revisão das taxas de depreciação regulatória.

Imobilizado em curso: os custos de mão de obra própria e serviços de terceiros são capitalizados como investimentos realizados no período. O custo das áreas suporte e que são elegíveis para capitalização são apropriados como investimentos mensalmente proporcionais à alocação da mão de obra de instalação dos investimentos. A alocação dos custos é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Intangível: compreende servidão e software e são registrados ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: as obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos necessários para atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. O saldo das contas de obrigações especiais é amortizado pela taxa média de depreciação dos ativos da conta de máquinas e equipamentos homologados pela ANEEL.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	275	563
Numerários em trânsito	224	379
Aplicações financeiras	<u>70.887</u>	<u>72.078</u>
Total	<u><u>71.386</u></u>	<u><u>73.020</u></u>

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 90,3% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).

### 5. Consumidores e concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores faturados	20.755	21.159
Consumidores - Parcelamentos	2.238	4.366
Concessionárias e Permissionárias (CCEE/DMEE)	7.236	4.286
Outros créditos	150	148
	<u>30.379</u>	<u>29.959</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.286)</u>	<u>(3.875)</u>
<b>Subtotal</b>	<u><b>26.093</b></u>	<u>26.084</u>
Fornecimento não faturado	6.218	7.236
Total	<u><u>32.311</u></u>	<u><u>33.320</u></u>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias--Continuação

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

	Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias			Total	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	
	Vencidos	Vencidos até	Vencidos a		2017	2016	2017	2016
		90 dias	mais de 90 dias					
Residencial	4.831	3.500	2.801	11.132	(2.801)	(2.665)	8.331	8.406
Industrial	2.109	185	139	2.433	(100)	(44)	2.333	2.209
Comércio, serviço e outras	2.682	878	580	4.140	(469)	(400)	3.671	3.703
Rural	236	58	24	318	(18)	(16)	300	288
Poder Público	274	50	3	327	-	-	327	270
Iluminação pública	616	-	-	616	-	-	616	422
Serviço público	495	-	-	495	-	-	495	803
<b>Subtotal consumidores</b>	<b>11.243</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>19.461</b>	<b>(3.388)</b>	<b>(3.125)</b>	<b>16.073</b>	<b>16.101</b>
Comercialização na CCEE:								
Concessionárias/permissionárias	7.236	-	-	7.236	(3)	(3)	7.233	4.282
<b>Subtotal consumidores e concessionárias e permissionárias</b>	<b>18.479</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>26.697</b>	<b>(3.391)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>23.306</b>	<b>20.384</b>
Consumidores livres	1.293	-	-	1.293	-	-	1.293	1.933
Parcelamentos a consumidores	2.238	-	-	2.238	(871)	(716)	1.367	3.650
Outras contas a receber de consumidores	150	-	-	150	(24)	(31)	126	117
<b>Total onsumidores/concessionárias e permissionárias/parcelamento a consumidores e outros</b>	<b>22.160</b>	<b>4.671</b>	<b>3.547</b>	<b>30.378</b>	<b>(4.286)</b>	<b>(3.875)</b>	<b>26.092</b>	<b>26.084</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

- R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016	Obrigações especiais brutas	Amortização acum.	Obrigações especiais líquidas
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>													
<b>Geração</b>	99.551	-	-	2	-	99.553	2	(49.800)	49.753	52.716	(140)	37	(103)
Terrenos	878	-	-	-	-	878	-	-	878	878	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	37.522	-	-	-	-	37.522	-	(16.243)	21.279	22.298	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.665	-	-	-	-	11.665	-	(5.264)	6.401	6.709	-	-	-
Máquinas e equipamentos	49.455	-	-	2	-	49.457	2	(28.266)	21.191	22.826	(140)	37	(103)
Veículos	6	-	-	-	-	6	-	(4)	2	2	-	-	-
Móveis e utensílios	25	-	-	-	-	25	-	(23)	2	3	-	-	-
<b>Distribuição</b>	152.333	-	(1.494)	15.834	(15.834)	150.839	14.340	(88.305)	62.534	67.243	(9.820)	2.307	(7.513)
Terrenos	1.614	-	-	-	-	1.614	-	-	1.614	1.614	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.176	-	-	-	-	5.176	-	(2.541)	2.635	2.799	-	-	-
Máquinas e equipamentos	144.555	-	(1.494)	15.834	(15.834)	143.061	14.340	(84.956)	58.105	62.612	(9.820)	2.307	(7.513)
Veículos	255	-	-	-	-	255	-	(255)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	733	-	-	-	-	733	-	(553)	180	218	-	-	-
<b>Administração</b>	11.192	-	(1.321)	1.215	(1.215)	9.871	(106)	(8.571)	1.300	1.374	(114)	114	-
Terrenos	1.054	-	-	-	-	1.054	-	-	1.054	1.054	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.430	-	-	-	-	1.430	-	(1.258)	172	220	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.773	-	(223)	14	(14)	1.550	(209)	(1.506)	44	61	(114)	114	-
Veículos	6.688	-	(1.098)	1.201	(1.201)	5.590	103	(5.589)	1	-	-	-	-
Móveis e utensílios	247	-	-	-	-	247	-	(218)	28	39	-	-	-
<b>Subtotal</b>	263.076	-	(2.815)	17.051	(17.049)	260.263	14.236	(146.676)	113.587	121.333	(10.074)	2.458	(7.616)
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>													
<b>Geração</b>	344	212	-	(2)	-	554	210	-	554	344	-	-	-
Máquinas e equipamentos	50	132	-	(2)	-	180	130	-	180	50	-	-	-
Outros	294	80	-	-	-	374	80	-	374	294	-	-	-
<b>Distribuição</b>	21.781	10.578	-	(15.834)	-	16.526	(5.256)	-	16.526	21.781	(170)	-	(170)
Máquinas e equipamentos	10.820	11.319	-	(15.834)	-	6.306	(4.515)	-	6.306	10.820	(170)	-	(170)
Outros	10.961	(741)	-	-	-	10.220	(741)	-	10.220	10.961	-	-	-
<b>Administração</b>	995	270	-	(1.215)	-	50	(945)	-	50	995	-	-	-
Máquinas e equipamentos	75	(10)	-	(14)	-	50	(24)	-	50	75	-	-	-
Outros	920	280	-	(1.201)	-	-	(921)	-	-	920	-	-	-
<b>Subtotal</b>	23.120	11.060	-	(17.051)	-	17.130	(5.991)	-	17.130	23.120	(170)	-	(170)
<b>Total do ativo imobilizado</b>	286.196	11.060	(2.815)	-	(17.049)	277.390	8.245	(146.676)	130.717	144.454	(10.244)	2.458	(7.786)

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (A)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo intangível em Serviço										
Geração	5	-	-	-	-	5	-	(5)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	5	-	-	-	-	5	-	(5)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2.384	-	-	561	(561)	2.384	561	(2.120)	264	264
Servidões	264	-	-	-	-	264	-	-	264	264
Softwares	2.120	-	-	561	(561)	2.120	561	(2.120)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	309	-	-	-	-	309	-	(309)	-	-
Softwares	309	-	-	-	-	309	-	(309)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.698	-	-	561	(561)	2.698	561	(2.434)	264	264
Ativo intangível em curso										-
Distribuição	-	553	-	-	-	553	553	-	553	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	553	-	-	-	553	553	-	553	-
Subtotal	-	553	-	-	-	553	553	-	553	-
Total do ativo intangível	2.698	553	-	561	(561)	3.251	1.114	(2.434)	817	264

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe rências (Q)	Reava- -liação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	144.555	-	(1.494)	15.834	(15.834)	143.061	14.340
Transformador de Distribuição	10.263	-	(298)	1.608	(1.608)	9.965	1.310
Medidor	8.020	-	(293)	1.371	(1.371)	7.727	1.078
Redes Baixa Tensão (< 2.3 kV)	37.099	-	(461)	5.956	(5.956)	36.638	5.495
Redes Média Tensão (2,3 kVa 44 kV)	18.549	-	(242)	2.981	(2.981)	18.307	2.739
Redes Alta Tensão (69 kV)	2.772	-	-	-	-	2.772	-
Redes Alta Tensão (88 kVa 138 kV)	4.718	-	-	-	-	4.718	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kVa 44 kV)	800	-	-	-	-	800	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	15.284	-	-	14	(14)	15.284	14
Subestações Alta Tensão (primário 88 kVa 138 kV)	42.473	-	-	3.896	(3.896)	42.473	3.896
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.577	-	(200)	8	(8)	4.377	(192)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(8.710)	(22)	-	(1.087)	-	(9.819)	(1.109)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(6.239)	(22)	-	(1.087)	-	(7.348)	(1.109)
Outros	(2.471)	-	-	-	-	(2.471)	-
Originadas da Receita	(2.471)	-	-	-	-	(2.471)	-
Ultrapassagem de demanda	(711)	-	-	-	-	(711)	-
Excedente de reativos	(1.647)	-	-	-	-	(1.647)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(113)	-	-	-	-	(113)	-

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Ativo imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração	50,02%	99.553	(49.800)	49.753	52.716
Custo Histórico		99.553	(49.800)	49.753	52.716
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição	58,54%	150.839	(88.305)	62.534	67.243
Custo Histórico		150.839	(88.305)	62.534	67.243
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Administração	86,84%	9.871	(8.571)	1.300	1.374
Custo Histórico		9.871	(8.571)	1.300	1.374
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		<b>260.263</b>	<b>(146.676)</b>	<b>113.587</b>	<b>121.333</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração		554	-	554	344
Distribuição		16.526	-	16.526	21.782
Administração		50	-	50	995
		<b>17.130</b>	<b>-</b>	<b>17.130</b>	<b>23.121</b>
		<b>277.393</b>	<b>(146.676)</b>	<b>130.717</b>	<b>144.454</b>

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material/equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros gastos	Total
Software	14	517	18	4	-	-	553
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações obras civis e benfeitorias	-	-	(23)	-	-	-	(23)
Máquinas e equipamentos	5.432	3.335	2.205	436	-	34	11.442
Veículos	277	-	-	3	-	-	280
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de projetos	-	43	47	13	-	-	103
Transformação fabricação e reparo de materiais	35	152	6	3	-	-	196
Material em depósito	(944)	-	-	-	-	-	(944)
Compras em andamento	-	7	-	-	-	-	7
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	3
<b>Total das adições</b>	<b>4.814</b>	<b>4.054</b>	<b>2.253</b>	<b>459</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>11.614</b>

A Companhia não efetuou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível --Continuação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Geração</b>	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	N/A
Equipamento geral	N/A
Estrutura do sistema	N/A
Religadores	N/A
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores (Tensão inferior a 69 KV)	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do sistema (Tensão inferior a 69 KV)	3,57%
Estrutura do sistema (Tensão inferior a 69 KV)	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Transformador de DISTRIBUIÇÃO	4,00%
<b>Administração central</b>	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Urbanização e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
<b>Comercialização</b>	
N/A	N/A

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado e intangível --Continuação

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Em R\$ mil	
	Valor original	Líquido
1. CONDUTO DENOMINADO ELETRODUTO Ø 5" - REDE SUBTERRÂNEA MARECHAL CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMÍNIO - ISOLADO - XLPE - 240 MM² - MONOFASICO -	592	
2. REDE SUBTERRÂNEA MARECHAL	588	
3. CONDUTO DENOMINADO ELETRODUTO Ø 4" - REDE SUBTERRÂNEA MARECHAL	579	
4. SISTEMA DE ATERRAMENTO - SUBESTAÇÃO INTERLIGAÇÃO	460	
5. BARRAMENTO RIGIDO NOVO BAY (TOTAL 15 METROS) - SUBESTAÇÃO INTERLIGAÇÃO DISJUNTOR (L11K4) - SUPERIOR A 69 KV - 145 KV - 1200 A - A GAS (SF6) - EXTERNO - 31,5	421	
6. KA - SUBESTAÇÃO INTERLIGAÇÃO	332	
7. PAINEL (L11) NOVO BAY INTERLIGAÇÃO - SUBESTAÇÃO INTERLIGAÇÃO UM CONJUNTO CONTENDO 23 CAMARAS DENOMINADAS CAIXA ZD - REDE	296	
8. SUBTERRÂNEA MARECHAL	241	
9. CONJUNTO DE TALUDES - SUBESTAÇÃO INTERLIGAÇÃO CHAVE - SECCIONALIZADOR - 15kv - 200A - TRIFASICO - AUTOMATICO - A GÁS (SF6) -	228	
10. REDE SUBTERRÂNEA MARECHAL	227	

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Em R\$ mil		
	Valor original	Depreciação	Líquido
1. RELIGADOR - RELIGADOR - 15kv - 400A - TRIFASICO - AUTOMATICO	20	(1)	19
2. CHAVE - SECCIONADORA - 15kv - 600A - TRIFASICO - MANUAL - SECO	25	(12)	13
3. CHAVE - SECCIONADORA - 15kv - 630A - MONOFASICO - MANUAL - SECO	11	(1)	10
4. CHAVE - SECCIONADORA - 15kv - 630A - MONOFASICO - MANUAL - SECO	7	(1)	6
5. CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMINIO - NU - 1/0 AWG - MONOFASICO	7	(1)	6
6. TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO - AEREO - 13,8kv - 220/127 V - 15 KVA - TRIFASICO - CONVENCIONAL	10	(5)	5
7. TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO - AEREO - 13,8kv - 220/127 V - 75 KVA - TRIFASICO - CONVENCIONAL	8	(3)	5
8. CHAVE - SECCIONADORA - 15kv - 630A - MONOFASICO - MANUAL - SECO	6	(1)	5
9. MEDIDOR - MEDIDOR ELETRÔNICO - ENERGIA - TRIFÁSICO	6	(2)	4
10. BANCO DE CAPACITORES - INFERIOR 69kv - 15kv - MANUAL - 600 KVAR (3 CÉLULAS DE DE 200 KVAR)	11	(7)	4

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### **7. Ativos e passivos financeiros setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

#### a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de novembro de 2016 a outubro de 2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação/devolução da Parcela "A" foi iniciada em 22 de novembro de 2017, a partir da homologação das tarifas.

Os créditos/débitos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos/devolvidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo/passivo para o resultado.

#### b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

##### i) *Neutralidade da Parcela A*

A Neutralidade da Parcela A é calculada com relação à variação de mercado no período de referência, consideradas as diferenças mensais entre os valores faturados de cada item da Parcela A e os respectivos valores contemplados no reajuste ou revisão tarifária anterior.

##### ii) *Sobrecontratação*

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 7. Ativos e passivos financeiros setoriais--Continuação

#### b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais--Continuação

##### iii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a empresa, por meio da Resolução Homologatória nº 2345 de 14 de novembro de 2017, a aplicar a partir do dia 22 de novembro de 2017, o efeito médio de 15,38% em suas tarifas de fornecimento, sendo 14,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 15,80%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. O efeito médio de 15,38% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.435	17.218	3.771	954	255	17.091	7.475	9.615	17.090	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	15.088	1.177	829	-	14.740	6.716	8.024	14.740	-
Proinfa	784	-	(796)	(8)	21	1	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	351	1.507	(464)	102	150	1.646	489	1.157	1.646	-
Transporte de Energia - Itaipu	95	678	(119)	50	-	704	270	434	704	-
ESS	1.109	-	1.181	(12)	84	-	-	-	-	-
CDE	55	(49)	-	(6)	-	-	-	-	-	-
CFURH	41	(6)	(34)	(1)	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	3.880	10.411	3.275	758	37	11.811	3.751	8.062	11.812	-
Neutralidade da Parcela A	3.880	3.222	3.275	(45)	37	3.819	3.751	70	3.820	-
Sobrecontratação de Energia	-	7.189	-	803	-	7.992	-	7.992	7.992	-
Total ativos financeiros setoriais	6.315	27.630	7.046	1.712	292	28.902	11.225	17.677	28.902	-
Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Passiva	(27.466)	(11.450)	17.516	(607)	(255)	(22.311)	(17.517)	(4.794)	(22.311)	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(17.754)	2.188	11.803	442	-	(3.321)	(3.321)	-	(3.321)	-
Proinfa	(31)	(253)	61	24	(21)	(269)	(268)	(1)	(269)	-
Transporte Rede Básica	-	-	(26)	-	(150)	(176)	(176)	-	(176)	-
ESS	(1.451)	(8.686)	843	(676)	(84)	(10.054)	(6.661)	(3.394)	(10.055)	-
CDE	(8.230)	(4.613)	4.860	(390)	-	(8.373)	(6.994)	(1.378)	(8.372)	-
CFURH	-	(86)	(25)	(7)	-	(118)	(97)	(21)	(118)	-
Demais passivos financeiros setoriais	(5.515)	(2.573)	(7.999)	524	(37)	(15.600)	(10.677)	(4.922)	(15.600)	-
Neutralidade da Parcela A	(643)	(3.819)	407	(107)	(37)	(4.200)	(2.125)	(2.074)	(4.200)	-
Sobrecontratação de Energia	(2.927)	1.929	(8.406)	852	-	(8.552)	(8.552)	-	(8.552)	-
Receita de Ultrapassagem de Demanda e Exc	(1.945)	(683)	-	(220)	-	(2.848)	-	(2.848)	(2.848)	-
Total passivos financeiros setoriais	(32.981)	(14.023)	9.517	(131)	(292)	(37.911)	(28.194)	(9.717)	(37.911)	-

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### **8. Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada**

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis ao serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013.

Tais subsídios referem-se aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, os quais são homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em dezembro de 2017 a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$ 2.734 mil para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 9. Superávit do plano de benefício definido

#### Plano de benefício definido

Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos, cujo objetivo é proporcionar a complementação de aposentadoria dos empregados que, após terem cumprido as exigências do plano, sejam elegíveis ao benefício. A Companhia, dado o seu porte, participa de um fundo multipatrocinado.

De acordo com o CPC 33, os saldos de ativos e passivos relacionados ao plano de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia obteve um laudo atuarial preparado por especialistas externos que indica um montante de ativos e passivos atuariais de R\$ 16.128 e de R\$ 1.947, respectivamente.

A Companhia e os administradores do fundo de pensão estimam que os recursos relacionados ao excedente patrimonial (*superávit*) tiveram sua origem por conta da migração de uma grande parte dos participantes para o plano de benefícios da modalidade de contribuição definida em anos anteriores, tendo em vista, que a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 trouxe a necessidade de alterar o regulamento do plano de benefício DME quanto a elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios programados. Com a alteração do Regulamento aprovado pelo Ministério de Previdência Social, verificou-se que houve um impacto nas reservas matemáticas, o qual foi sanado pela patrocinadora na ordem de R\$ 1.990 durante o exercício social de 2000. Considerando que os participantes estavam com uma contribuição normal elevada e que esta teria que ser paritária, foi solicitado a SUPREV, estudos para a implantação de um plano de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Esse estudo foi realizado e aprovado pela PREVIC/ MPS gerando o Plano de Benefício DME II, para o qual a grande maioria dos participantes migraram. Os valores aportados pela patrocinadora para o Plano de Benefícios DME durante o exercício social de 2000, atualizados pela meta atuarial perfazem o montante de R\$ 18.140. Esse valor posicionado em dezembro de 2017 pela CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados resulta em um superávit de R\$ 14.182;

Demonstra-se assim, que mais de 50% do aporte realizado pela patrocinadora, foi para atender a melhoria dos benefícios gerada pela Emenda Constitucional nº 20, bem como para a redução da contribuição normal por parte dos participantes.

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios no. 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 9. Superávit do plano de benefício definido--Continuação

#### Plano de benefício definido--Continuação

Durante os exercícios sociais de 2014 a 2017, a Companhia vem reconhecendo apenas 50% do seu valor superavitário conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26/2008, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20, até que haja manifestação favorável da PREVIC quanto ao processo de destinação ao patrocinador.

Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(1.946)	(1.421)
Valor justo dos ativos em excesso aos montantes das obrigações	16.128	14.513
Valor presente da obrigação descoberta	14.182	13.092
<b>Ativo atuarial líquido</b>	14.182	13.092
<b>Ativo do plano</b>	14.182	13.092
Mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling)	(7.560)	(8.861)
<b>Ativo/(passivo) líquido reconhecido</b>	6.622	4.231

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

<b>Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2016</b>	<b>14.512</b>
Rendimento esperado dos ativos do Plano	1.564
Benefícios pagos pelo Fundo	(29)
Ganhos/ (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	81
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017</b>	<b>16.128</b>
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2016</b>	<b>1.421</b>
Custo dos juros	156
Custo do serviço corrente	60
Benefícios pagos pelo Fundo	(29)
(Ganhos) /perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	339
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2017</b>	<b>1.947</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 9. Superávit do plano de benefício definido--Continuação

#### Plano de benefício definido--Continuação

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

<b>Premissas Atuariais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Taxa nominal de desconto atuarial	10,17%	10,79%
Taxa real de juros	5,43%	5,72%
Inflação medida	4,50%	4,80%
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do Plano	10,17%	10,79%
Ratatividade	-	-
Taxa nominal de progressão salarial para participantes ativos	2,00%	2,00%
Taxa nominal de progressão salarial para participantes autopatrocinados	-	-
Fator de capacidade para salários	-	-
Fator de capacidade para benefícios	-	-
Tábua de mortalidade participantes ativos e assistidos	AT-2000	AT-2000

#### Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia, em no exercício de 2017 foi de R\$1.618 (R\$ 1.602 em 2016)

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2017 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14:

- a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados do exercício:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro societário antes dos tributos	13.347	13.347	4.801	4.801
Adições	17.645	17.645	48.932	48.932
Exclusões	(4.317)	(4.317)	(25.777)	(25.777)
<b>Base de cálculo</b>	<b>26.675</b>	<b>26.675</b>	27.956	27.956
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	4.001	2.401	4.193	2.516
Outros ajustes	2.668	-	2.772	-
	1.634	437	(184)	-
Total impostos correntes	<b>8.303</b>	<b>2.838</b>	6.781	2.516

- b) A composição dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

Diferenças temporárias	2017	2016
Provisões	27.361	13.382
Previd. privada	(6.622)	(2.677)
Atualização do ativo financeiro	1.679	1.389
<b>Base impostos diferidos</b>	<b>22.418</b>	<b>12.094</b>
Alíquota aplicável	34%	34%
Imposto diferido ativo (passivos) líquido	7.622	4.112
Total despesa imposto diferido líquido	4.192	6.537

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 11. Provisões para contingências

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração.

	31/12/2016	Constituição de provisão	Reversão da Provisão	Realização Pagamentos	31/12/2017
<u>Circulante</u>					
Cíveis	-	19	-	-	19
	-	19	-	-	19
<u>Não circulante</u>					
Cíveis	2.543	5.876	(98)	(39)	8.282
Trabalhistas	3.677	551	(212)	(1.400)	2.616
Tributárias:					
Federal	19.023	4.968	-	-	23.991
Estadual	1.027	3.472	(21)	-	4.478
	26.270	14.867	(331)	(1.439)	39.367
Total	26.270	14.886	(331)	(1.439)	39.386

O sumário dos principais assuntos que são parte da provisão para contingências são:

a) Cíveis

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 8.292. As ações cíveis classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 9.503.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### **11. Provisões para contingências--Continuação**

#### b) Trabalhistas

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações), que com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, seguindo os critérios definidos pela Administração são considerados com risco de perda provável, e portanto, provisionadas em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 2.617 (R\$ 3.677 em 2016). As ações trabalhistas classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 88.

#### c) Fiscais - não recolhimento de tributos federais

Em 15 de dezembro de 2004 foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que entre 2007 e 2010 a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (reciproca) da Companhia.

Em 2014, baseada em decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado. Dessa forma, a Companhia, mantém provisionado o montante de R\$ 15.890 referente aos autos de 2007 a 2010 para o correspondente aos itens não julgados procedentes pelo CARF.

#### d) Fiscais - não recolhimento de INSS Terceiras Entidades

A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades relativo ao período de 04/2004 a 09/2008. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídico da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 8.051 e foi contabilizado pela Companhia.

O valor estimado das ações fiscais classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 4.502.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 11. Provisões para contingências--Continuação

#### e) Fiscais – ICMS Subvenções

A DMED sofreu fiscalização da Receita Estadual, a qual constatou base de cálculo a menor para recolhimento do ICMS nas NF/CEE, decorrente de não inclusão das parcelas da subvenção econômica recebidas das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás e da União, oriundas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), instituída pela Lei 10.438/2002 e modificada pela Lei nº 12.783/2013, relativo ao período de 01/2013 a 12/2016. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 2.834 e foi contabilizado pela Companhia.

### 12. Encargos setoriais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - COFURH	120	260
Quota da CDE	1.898	1.340
Taxa de fiscalização - ANEEL	26	26
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	1.046	-
Demais encargos setoriais	22	21
<b>Total</b>	<u>3.112</u>	<u>1.647</u>

### 13. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)

O saldo da conta de P&D e PEE estão assim apresentados:

#### **Pesquisa e desenvolvimento**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	60	46
Ministério de Minas e Energia - MME	30	23
Recursos em Poder da Empresa	2.182	2.612
	<u>2.272</u>	<u>2.681</u>
<b>Programa de eficiência energética</b>	<b>2.613</b>	<b>3.396</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 14. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais – R\$ Mil	Depreciação - taxa média anual	Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	Total
Em serviço	24,40%	(10.074)	-	-	(8.965)
Participação da União, Estados e Municípios	26,43%	(140)	-	-	(140)
Participação Financeira do Consumidor	22,02%	(6.216)	-	-	(5.107)
Doações e Subv a Invest. no Serviço Concedido	57,44%	(1.135)	-	-	(1.135)
Programa de Eficiência Energética - PEE					-
Pesquisa e Desenvolvimento Universalização					
Serv Púb de Energia Elétrica	100,00%	(112)	-	-	(112)
Outros	11,66%	(2.471)	-	-	(2.471)
Ultrapassagem de demanda	10,55%	(711)	-	-	(711)
Excedente de reativos	10,50%	(1.647)	-	-	(1.647)
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros	35,40%	(113)			(113)
(-) Amortização Acumulada - AIS		2.458	-	-	2.084
Participação da União, Estados e Municípios		37	-	-	33
Participação Financeira do Consumidor		1.369	-	-	1.142
Doações e Subv a Invest. no Serviço Concedido		652	-	-	607
Programa de Eficiência Energética - PEE					-
Pesquisa e Desenvolvimento		112	-	-	112
Outros		288	-	-	190
Ultrapassagem de demanda		75	-	-	47
Excedente de reativos		173	-	-	108
Outros		40	-	-	35
Total		(7.616)	-	-	(6.881)

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 14. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica-- Continuação

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
<b>Em curso</b>	(156)	<b>(1.102)</b>	-	<b>1.087</b>	-	(171)	(15)	-	(171)	(156)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(124)	<b>(1.086)</b>	-	<b>1.087</b>	-	(123)	1	-	(123)	(124)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(32)	<b>(16)</b>	-	-	-	(48)	(16)	-	(48)	(32)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(156)</b>	<b>(1.102)</b>	<b>-</b>	<b>1.087</b>	<b>-</b>	<b>(171)</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>(171)</b>	<b>(156)</b>

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Em R\$ mil
1. Montevideo Administradora de Bens Ltda – Loteamento Montreal	374
2. Etapa Empreendimentos Imobiliários S.S. Ltda – Loteamento Summerville	193
3. Planenco Arquitetura, Engenharia e Construções Ltda – Loteamento Jardim Caldense	132
4. Sidnei Rossi – Loteamento Residencial Belvedere	130
5. HN Empreendimentos Imobiliários Ltda – Loteamento Bandeirantes Etapa 4	129
6. Elos Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda – Loteamento Vila Vereda	86
7. Residencial Morumbi SPE Ltda – Loteamento Residencial Morumbi	44
8. CID José de Castro Mendes	4
9. Generali Brasil Seguros S/A	4
10. Bruno Eduardo Figueiredo	3

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 15. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Capital subscrito	476.785.114	222.950
Capital social	476.785.114	222.950

#### Reserva de lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Reserva de capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

#### Reserva de reavaliações - VNR

Constituída de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.367 de 09 de outubro de 2012 - ANEEL, representa a diferença entre o valor original contábil e o valor de mercado em uso, dos bens que integram o sistema elétrico da concessionária.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor Novo de Reposição - VNR - Intangível	(976)	(1.557)
Valor Novo de Reposição - VNR - Terrenos	(2.332)	(2.332)
Valor Novo de Reposição - VNR - Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.955	5.135
Valor Novo de Reposição - VNR - Edificações	(14.652)	(15.310)
Valor Novo de Reposição - VNR - Máquinas e Equipamentos	(54.089)	(40.611)
Valor Novo de Reposição - VNR - Veículos	(1.519)	(552)
Valor Novo de Reposição - VNR - Móveis e Utensílios	(521)	(555)
	<u>69.134</u>	<u>(55.782)</u>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### Destinação do lucro líquido

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido societário ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>6.398</b>	2.041
(-) Reserva legal	<b>(320)</b>	(102)
Base de cálculo	<b>6.078</b>	1.939
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>1.520</b>	485

#### Juros sobre capital próprio

No exercício de 2017 a Companhia deliberou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio para a sua controladora DME Poços de Caldas Participações, conforme estabelecido no Estatuto Social da DMED, ou seja, não devendo o mesmo ultrapassar o limite de 25% referente aos dividendos obrigatórios, do qual o mesmo será deduzido.

O montante de juros sobre capital próprio pagos em 2017 foi de R\$ 3.646.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 16. Receita operacional bruta

	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	74.851	73.274	284.793	320.161	143.041	219.866
Residencial	67.735	66.049	122.001	118.832	71.838	92.298
Industrial	330	352	42.860	80.065	18.595	54.969
Comercial	5.530	5.610	72.123	75.535	36.545	52.045
Rural	719	724	6.356	6.163	2.341	2.939
Poder público	425	428	5.913	6.367	2.893	4.179
Iluminação pública	10	10	22.014	19.415	6.431	7.285
Serviço público	102	101	13.524	13.784	4.399	6.151
<b>Suprimento Faturado (Energia CCEE)</b>	-	-	-	-	32.121	10.843
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	13	10	-	-	19.657	8.802
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	13	10	-	-	19.259	8.452
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	398	351
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	(683)	(1.023)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(329)	(358)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(355)	(665)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-	(1.019)	124
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	19.664	(31.413)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	(8.912)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(2.904)	(1.108)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	330	1.355
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	8.923	-
<b>Total</b>	<b>74.864</b>	<b>73.284</b>	<b>284.793</b>	<b>320.161</b>	<b>219.131</b>	<b>198.534</b>

### 17. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As operações na CCEE realizadas em 2017 e 2016 são como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	-	-	-	-
Venda	108.707	32.121	85.654	10.843

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 18. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>26.526</b>	<b>34.317</b>
Remuneração	13.907	16.671
Encargos	5.907	6.845
Previdência privada	1.471	1.562
Assistência médica e outros benefícios	1.623	1.888
Programa de demissão voluntária	92	2.165
Despesas rescisórias	52	879
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.874	1.571
Auxílio-alimentação	2.264	2.927
Provisões de férias e 13º salário	2.858	3.500
(-) Transferência para Imobilização em curso	(3.708)	(4.171)
Outros	186	480
<b>Administradores</b>	<b>1.439</b>	<b>761</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	997	546
Benefícios dos administradores	250	103
Provisões de férias e 13º salário	192	112
<b>Total</b>	<b>27.965</b>	<b>35.078</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 19. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2017:

	<b>Geração</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Total</b>
<b>Receita/Ingresso</b>	<b>53.838</b>	<b>165.292</b>	<b>219.131</b>
Fornecimento de energia elétrica	-	141.341	141.341
Suprimento de energia elétrica	21.862	(21.862)	-
Energia elétrica de curto prazo	32.121	-	32.121
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	19.657	19.657
Ativos e passivos regulatórios	(144)	16.904	16.761
Serviços cobráveis	-	330	330
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	8.923	8.923
<b>Tributos</b>	<b>(4.387)</b>	<b>(59.541)</b>	<b>(63.929)</b>
ICMS	-	(41.203)	(41.203)
PIS-PASEP	(782)	(3.241)	(4.023)
Cofins	(3.605)	(15.097)	(18.703)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.022)</b>	<b>(30.584)</b>	<b>(31.606)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(625)	(625)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(625)	(625)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	(24.118)	(24.118)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(943)	-	(943)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(80)	(235)	(314)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	-	(4.982)	(4.982)
<b>Receita líquida/Ingresso líquido</b>	<b>48.428</b>	<b>75.168</b>	<b>123.596</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>-</b>	<b>(58.203)</b>	<b>(58.203)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	(47.389)	(47.389)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	(10.814)	(10.814)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>48.428</b>	<b>16.964</b>	<b>65.392</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(7.822)</b>	<b>(50.995)</b>	<b>(58.817)</b>
Pessoal e administradores	(5.055)	(22.910)	(27.965)
Material	(346)	(1.495)	(1.841)
Serviços de terceiros	(1.345)	(6.233)	(7.578)
Arrendamento e aluguéis	-	(21)	(21)
Seguros	(2)	(6)	(8)
Doações, contribuições e subvenções	(27)	(175)	(202)
Provisões	(3.226)	(12.466)	(15.691)
Perdas na alienação de bens e direitos	(1.826)	-	(1.816)
(-) Recuperação de despesas	1.247	478	1.726
Tributos	(131)	(2.478)	(2.610)
Depreciação e amortização	(2.686)	(4.128)	(6.815)
Gastos diversos	(330)	(1.561)	(1.891)
Outras receitas operacionais	6.345	-	6.345
Outras despesas operacionais	(452)	-	(452)
<b>Resultado da atividade</b>	<b>40.607</b>	<b>(34.031)</b>	<b>6.575</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 19. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade-- Continuação

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidade de Negócio:

A receita de fornecimento de energia elétrica é contabilizada inicialmente na atividade de distribuição. Para a atividade de geração, o valor transferido da atividade de distribuição, resulta da multiplicação da geração das usinas da DMED (MW) pelo valor da tarifa de geração, a qual é conhecida através da publicação da Resolução Homologatória da concessionária a cada IRT - Índice de Reajuste Tarifário ou RTP - Revisão Tarifária Periódica, estabelecido no contrato de concessão.

Receita da Unidade	G	T	D	C	AV	Total
Geração - G	53.839	-	-	-	-	53.839
Transmissão - T	-	-	-	-	-	-
Distribuição - D	(21.862)	-	187.154	-	-	165.292
Comercialização - C	-	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	-	-
Total	31.977	-	187.154	-	-	219.131

### 20. Revisão e reajuste tarifário

Processo de Reposicionamento Tarifário de 2017 – IRT

A ANEEL deliberou em 22/11/2017 o resultado do Reajuste Tarifário da DMED. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 15,38%, sendo 14,61% para a alta tensão e -15,80% para a baixa tensão.

O efeito médio de 15,38% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento. Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 4,67% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável em -1,00%.

Em relação à atualização dos componentes financeiros apurados no atual reajuste, para compensação nos 12 meses subsequentes, esses contribuíram no efeito tarifário em -6,13%. Por outro lado, o efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anual de 2016, que contribuíram com uma redução nas tarifas estabelecidas em 2016, representa um aumento de 17,84% no atual reajuste, quando de sua retirada nas tarifas atualmente praticadas pelos consumidores

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 20. Revisão e reajuste tarifário--Continuação

#### Processo de Reposicionamento Tarifário de 2016 – IRT

##### Resumo do IRT

	Variação	Participação no reajuste	Participação na receita
<b>Parcela A [Encargos+Transmissão+Energia]</b>	<b>7,46%</b>	<b>4,67%</b>	<b>66,16%</b>
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>-9,96%</b>	<b>-2,91%</b>	<b>29,81%</b>
Taxa de fisc. de serviços de E.E. - TFSEE	-3,57%	-0,01%	0,17%
Conta de desenvolvimento energético - CDE (USO)	-21,64%	-2,52%	10,70%
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Decr. 7945/2013)	28,18%	0,38%	1,52%
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Conta-ACR)	6,60%	0,47%	7,99%
Compensação financeira - CFURH	170,89%	0,57%	0,38%
Encargos serv. sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	-33,20%	-1,67%	5,65%
PROINFRA	-9,77%	-0,29%	2,74%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	21,83%	0,14%	0,67%
<b>Custos de transmissão</b>	<b>154,34%</b>	<b>7,30%</b>	<b>4,54%</b>
Rede básica	167,57%	4,26%	2,32%
Rede básica fronteira	146,42%	1,51%	0,94%
MUST Itaipu	44,89%	0,31%	0,78%
Transporte de Itaipu	389,38%	1,21%	0,35%
Conexão	-1,77%	0,00%	0,13%
<b>Custos de aquisição de energia</b>	<b>0,78%</b>	<b>0,22%</b>	<b>31,81%</b>
<b>Receitas Irrecuperáveis</b>	<b>-</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,06%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>-2,69%</b>	<b>-1,00%</b>	<b>35,05%</b>
<b>IRT considerando a variação tarifária da RTE</b>		<b>3,67%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Efeito dos componentes financeiros do processo atual</b>		<b>-6,13%</b>	
CVA em processamento - Energia		6,02%	
CVA em processamento - Transporte		0,68%	
CVA em processamento - Encargos Setoriais		-9,12%	
Saldo a compensar CVA-ano anterior + ajustes		-0,58%	
Neutralidade de Parcela A – Energia		-2,10%	
Neutralidade de Parcela A – Transporte		0,12%	
Neutralidade de Parcela A – Encargos Setoriais		3,49%	
Sobrecontratação/exposição de energia		-8,01%	
Previsão de Risco Hidrológico		3,38%	
Cálculo extraordinário de Neutralidade – Postergação da Data de Aniversário		0,00%	
<b>Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior</b>		<b>17,84%</b>	
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores</b>		<b>15,38%</b>	

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2016</u>
		<u>regulatório</u>	<u>CPCS</u>	<u>societário</u>	<u>regulatório</u>	<u>CPCS</u>	<u>societário</u>
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		71.386	-	71.386	73.020	-	73.020
Consumidores		25.078	-	25.078	29.037	-	29.037
Concessionárias e permissionárias		7.233	-	7.233	4.284	-	4.284
Serviços em curso		1.299	-	1.299	2.440	-	2.440
Tributos compensáveis		1.719	-	1.719	1.709	-	1.709
Almoxarifado operacional		1.547	-	1.547	1.574	-	1.574
Ativos financeiros setoriais		28.902	-	28.902	6.315	-	6.315
Despesas pagas antecipadamente		310	-	310	292	-	292
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada		2.734	-	2.734	2.887	-	2.887
Outros ativos circulantes		3.769	(66)	3.703	12.157	(55)	12.102
		<u>143.977</u>	<u>(66)</u>	<u>143.911</u>	<u>133.715</u>	<u>(55)</u>	<u>133.660</u>
<b>Não circulante</b>							
Títulos de crédito a receber		402	-	402	546	-	546
Ativo financeiro indenizável (concessão)		-	4.935	4.935	-	2.697	2.697
Cauções e depósitos vinculados		8.763	-	8.763	8.361	-	8.361
Tributos a compensar		1.231	-	1.231	1.173	-	1.173
Superávit - plano de benefício definido		6.622	-	6.622	4.231	-	4.231
Tributos diferidos		7.622	-	7.622	4.112	-	4.112
Indenização Complementar MP579/12		10.224	-	10.224	-	-	-
Imobilizado		130.717	(91.802)	38.915	144.454	(102.081)	42.373
Intangível		817	146.208	147.025	264	147.668	147.932
		<u>166.398</u>	<u>59.341</u>	<u>225.739</u>	<u>163.141</u>	<u>48.284</u>	<u>211.425</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u>310.375</u>	<u>59.275</u>	<u>369.650</u>	<u>296.854</u>	<u>48.229</u>	<u>345.085</u>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação

	Nota	31/12/2017	Ajuste CPCS	31/12/2017	31/12/2016	Ajuste CPCS	31/12/2016
		regulatório		societário	regulatório		societário
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		11.260	-	11.260	6.819	-	6.819
Folha de pagamento		407	-	407	435	-	435
Credores diversos		4.834	-	4.834	5.268	-	5.268
Passivos financeiros setoriais		37.911	-	37.911	32.981	-	32.981
Encargos setoriais		3.112	-	3.112	1.647	-	1.647
Pesquisa e desenvolvimento		2.272	-	2.272	2.681	-	2.681
Programa de eficiência energética		2.613	-	2.613	3.396	-	3.396
Tributos e contribuições sociais		6.996	-	6.996	11.358	-	11.358
Obrigações estimadas		2.514	-	2.514	2.443	-	2.443
Provisões para Litígios		19	-	19	-	-	-
Outras contas a pagar		1	-	1	1	-	1
		71.939	-	71.939	67.029	-	67.028
<b>Não circulante</b>							
Obrigações vinculadas à concessão e perm. serv. públicos		7.787	(7.787)	-	7.037	(7.037)	-
Provisões para contingências		39.367	-	39.367	26.270	-	26.270
		47.154	(7.787)	39.367	33.307	(7.037)	26.270
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		222.950	-	222.950	222.950	-	222.950
Reserva de capital		22.783	(1.102)	21.681	21.681	-	21.681
Outros resultados abrangentes		(412)	-	(412)	(1.731)	-	(1.731)
Reserva legal		6.814	-	6.814	6.494	-	6.494
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais		(69.134)	69.134	-	(55.782)	55.782	-
Lucros/prejuízos acumulados		8.283	(972)	7.311	2.906	(515)	2.391
		191.282	67.061	258.344	196.518	55.266	251.785
<b>Total do passivo</b>		<b>310.375</b>	<b>59.275</b>	<b>369.650</b>	<b>296.854</b>	<b>48.229</b>	<b>345.084</b>

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação

	Notas	31/12/2017	AJUSTE	31/12/2017	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
		regulatório	CPCs	societário	regulatório	CPCs	societário
<b>Receita operacional</b>	12	<b>219.131</b>	-	<b>219.131</b>	198.533	-	198.533
Fornecimento de energia elétrica		119.479	-	119.479	191.724	-	191.724
Suprimento de energia elétrica		21.862	-	21.862	27.242	-	27.242
Energia elétrica de curto prazo		32.121	-	32.121	10.843	-	10.843
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		19.657	-	19.657	8.802	-	8.802
Ativos e passivos regulatórios		16.761	-	16.761	(41.433)	-	(41.433)
Outras receitas vinculadas (12)		9.253	-	9.253	1.355	-	1.355
<b>Deduções da receita operacional</b>							
<b>Tributos e encargos</b>		(95.534)	-	(95.534)	(113.834)	-	(113.834)
<b>Tributos</b>		(63.929)	-	(63.929)	(83.823)	-	(83.823)
Federais		(22.726)	-	(22.726)	(28.363)	-	(28.363)
Estaduais		(41.203)	-	(41.203)	(55.460)	-	(55.460)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		(31.606)	-	(31.606)	(30.011)	-	(30.011)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(625)	-	(625)	(423)	-	(423)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(24.118)	-	(24.118)	(27.469)	-	(27.469)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(625)	-	(625)	(423)	-	(423)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(314)	-	(314)	(310)	-	(310)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(943)	-	(943)	(1.329)	-	(1.329)
Conta centralizadora dos recursos das bandeiras tarifárias		(4.982)	-	(4.982)	(57)	-	(57)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>123.597</b>	-	<b>123.597</b>	<b>84.698</b>	-	<b>84.698</b>
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>		<b>(58.203)</b>	-	<b>(58.203)</b>	<b>(47.722)</b>	-	<b>(47.722)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(43.903)	-	(43.903)	(35.855)	-	(35.855)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(3.486)	-	(3.486)	(3.823)	-	(3.823)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(10.814)	-	(10.814)	(8.044)	-	(8.044)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>65.393</b>	-	<b>65.393</b>	<b>36.977</b>	-	<b>36.977</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(62.895)</b>	<b>(3.591)</b>	<b>(66.486)</b>	<b>(63.688)</b>	<b>(2.762)</b>	<b>(66.450)</b>
Pessoal e administradores	14	(27.965)	-	(27.965)	(35.078)	-	(35.078)
Serviço de terceiros		(7.578)	-	(7.578)	(14.148)	-	(14.148)
Material		(1.841)	-	(1.841)	(3.144)	-	(3.144)
Arrendamentos e aluguéis		(21)	-	(21)	(21)	-	(21)
Tributos		(2.610)	-	(2.610)	(2.448)	-	(2.448)
Seguros		(8)	-	(8)	(9)	-	(9)
Doações, contrib e subvenções		(202)	-	(202)	(193)	-	(193)
Provisão para devedores duvidosos		(994)	-	(994)	(1.101)	-	(1.101)
Provisões - outras		(15.054)	-	(15.054)	(3.935)	-	(3.935)
Depreciação		(6.815)	(3.590)	(10.405)	(7.111)	(2.762)	(9.873)
Amortização		-	-	-	-	-	-
( - ) Recuperação de despesas		1.726	-	1.726	3.616	-	3.616
( - ) Reversão da provisão		357	-	357	1.161	-	1.161
Gastos diversos		(1.891)	-	(1.891)	(1.277)	-	(1.277)
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>6.345</b>	-	<b>6.345</b>	<b>27.735</b>	-	<b>27.735</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(2.267)</b>	<b>(451)</b>	<b>(2.718)</b>	<b>(2.275)</b>	<b>(846)</b>	<b>(3.122)</b>
<b>Resultado da atividade da concessão</b>		<b>6.575</b>	<b>(4.040)</b>	<b>2.535</b>	<b>(1.252)</b>	<b>(3.608)</b>	<b>(4.860)</b>
Receita financeira		14.434	-	14.434	20.964	-	20.964
Despesas financeiras		(3.621)	-	(3.621)	(11.303)	-	(11.303)
<b>Lucro antes da IR e CSLL</b>		<b>17.388</b>	<b>(4.040)</b>	<b>13.348</b>	<b>8.410</b>	<b>(3.608)</b>	<b>4.801</b>
Imposto de renda corrente		(8.303)	-	(8.303)	(6.781)	-	(6.781)
Contribuição social corrente		(2.838)	-	(2.838)	(2.516)	-	(2.516)
Impostos diferidos		4.192	-	4.192	6.537	-	6.537
<b>Lucro líquido</b>		<b>10.439</b>	<b>(4.040)</b>	<b>6.398</b>	<b>5.650</b>	<b>(3.608)</b>	<b>2.041</b>

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### **21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação**

#### **21.1 Ativo financeiro indenizável**

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Uma vez identificado o VNR do ativo financeiro, o mesmo é atualizado pelo IGPM acumulado, o qual em 2017 ficou na ordem de -0,53%, correspondente ao montante de (15) mil. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 4.935 mil.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### **21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação**

#### **21.2 Imobilizado**

Os valores dos bens e instalações vinculados às atividades da distribuidora devem ser registrados, na contabilidade regulatória, no grupo Ativo Não Circulante - Imobilizado, enquanto que na contabilidade societária se subdividem em dois grupos no Ativo Não Circulante, Intangíveis e Ativo Financeiro Indenizável.

#### Reavaliação Compulsória - VNR

O ajuste de R\$ 69.134 corresponde à diferença entre o Valor Líquido Contábil (Valor Original - Depreciação) e o Valor de Mercado em Uso - VMU. Foi efetuado em atendimento aos dispositivos contidos na Resolução Normativa 396 de 23 de fevereiro de 2010, por ocasião da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens patrimoniais, cuja Resolução nº 1.367 de 09 de outubro de 2012, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica. Os valores do Laudo da Base de Remuneração Regulatória estão contidos no Ofício nº 78/2012 - SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2012. Na contabilidade societária este reconhecimento não é permitido em função da Lei nº 11.368/2007 que vedou a realização de reavaliação espontânea de bens, a partir da data 01/01/2008.

Vale mencionar, que a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária em 2015, e seu reposicionamento tarifário ocorreu em 28/10/2015, através da publicação da Resolução Homologatória nº 1976 de 27 de outubro de 2015. Contudo, mesmo após a publicação da referida homologação, a DMED ainda não recebeu seu relatório de fiscalização, ou seja, o RAF do 4º ciclo da RTP, apenas o memorando nº 651/2015 – SFF/ANEEL DE 19/10/2015, contendo a proposta final da revisão desta concessionária.

Ocorre que, ao analisarmos os dados contidos no memorando supracitado, identificamos que o mesmo apresenta o valor da nossa Base de Remuneração Bruta como sendo R\$ 216.136, o que difere dos R\$ 193.772 utilizados pela SGT na 4ª Revisão Tarifária desta distribuidora.

A diferença nasce dos bens totalmente depreciados, onde se tinha o valor de R\$ 1.875 contra R\$ 24.239, os quais serviram de base para a elaboração da Resolução Homologatória nº 1976/2015.

Sendo assim, a base patrimonial da Companhia está sendo movimentada por adições, baixas e transferências, e tal movimentação ainda contempla os dados do 3º ciclo de revisão tarifária.

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### **21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação**

#### **21.3 Intangível**

Na contabilidade societária, por força do ICPC 01, o valor do intangível corresponde à parcela dos bens e instalações vinculados à distribuição, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na contabilidade regulatória, no referido grupo são registrados apenas os direitos sobre softwares e áreas de servidão.

#### **21.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

O ajuste referente ao dispositivo contido na Resolução Normativa 396 de 23 de fevereiro de 2010, por ocasião da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens patrimoniais, não foi realizado, por conta do valor regulatório das obrigações especiais no laudo ter sido homologado de forma sintética, impedindo assim a alocação dos valores na contabilidade da empresa.

#### **21.5 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

##### Parcela B (depreciação)

O ajuste de 3.590 mil corresponde ao Valor Novo de Reposição - VNR depreciado durante o exercício de 2017.

##### Outras despesas operacionais

O ajuste de 451 mil está assim segregado: 290 mil referente a atualização do ativo financeiro indenizável, o qual foi apurado através da bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificação do Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, sendo este utilizado para valoração do ativo financeiro indenizável e 161 mil decorrente da depreciação do VNR baixado.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

### 21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação

#### 21.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldos no final do exercício societário</b>	258.344	251.785
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	(67.061)	(55.267)
Reavaliação regulatória compulsória líquida	(69.134)	(55.782)
Equalização do resultado regulatório e societário	2.073	515
<b>Saldos no fim do exercício regulatório</b>	<u>191.281</u>	<u>196.518</u>

O efeito decorrente da equalização do resultado regulatório e societário refere-se a atualização do ativo financeiro indenizável não aceito na contabilidade regulatória, bem como, aos efeitos da depreciação e baixa da reavaliação regulatória compulsória.

## DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de reais)

### 21. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário--Continuação

#### 21.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	6.398	2.041
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>4.040</b>	<b>3.609</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	290	767
Depreciação VNR	3.590	2.762
Reavaliação Regulatória Compulsória - Baixa VNR	161	80
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	<u>10.439</u>	<u>5.650</u>

#### Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável da ordem de 290 mil contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória, bem como, depreciação do valor novo de reposição e baixa do VNR, os quais somente são contabilizados na contabilidade regulatória por força da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 2010.

#### Diretoria

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Durante de Oliveira  
Diretor Administrativo Financeiro

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Técnico Interino

#### Responsável Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG090512/O-2

## Relatório de Administração Regulatório

Senhores e Senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da DME Distribuição S/A para sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### 1. Carta do Superintendente

Apesar da frustração em relação à atividade econômica e a redução do mercado de energia elétrica em 2017, o resultado da empresa apresentou significativo crescimento na comparação com o ano anterior, fruto também, do trabalho focado na redução de custos, controle de gastos e prudência nos investimentos.

Alinhada a estratégia definida para os próximos anos, o DMED dará ênfase aos investimentos em redes inteligentes mantendo sua busca constante na inovação e nos avanços tecnológicos.

Os resultados, que ora apresentamos, foram possíveis graças ao compromisso e a dedicação dos colaboradores, a parceria com os demais stakeholders, o apoio do acionista e conselho de administração.

Ao mesmo tempo em que agradecemos os esforços, reiteramos que estes são primordiais para o enfrentamento dos desafios de 2018.

### Distribuição

O DMED detém a outorga de distribuição para município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, perfazendo uma área de concessão de 545 km<sup>2</sup>. Com três conjuntos de consumidores, distribui energia elétrica aos seus aproximados 75 mil consumidores através de 3 subestações (PCH Eng<sup>o</sup> Ubirajara Machado de Moraes, MCH José Togni e UHE Walter Rossi) sendo administradas e operadas em sede própria. A DMED também detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirituba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, por meio da participação de 2,7326% no Consórcio Machadinho. Conta ainda, com um almoxarifado de distribuição de 7.711m<sup>2</sup> de onde parte toda a logística para a operação de suas redes de distribuição.

Unidade Geradora	Geração Própria				Variação Horizontal	
	MWh		Participação (%)		MWh	%
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
PCH Eng <sup>o</sup> Ubirajara Machado Moraes	5.915	6.942	3%	3%	(1.027)	-15%
MCH Jose Togni	4.323	4.465	2%	2%	(141)	-3%
UHE Walthor Rossi	73.609	91.037	38%	43%	(17.428)	-19%
UHE Machadinho	110.534	110.856	57%	52%	(321)	0%
<b>Total</b>	<b>194.382</b>	<b>213.300</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>(18.918)</b>	<b>-9%</b>

**Ligação de Consumidores** – a Distribuidora teve incremento total de 1.575 novas unidades atendidas, com destaque para 1.686 novas unidades residenciais, sendo que os consumidores comerciais e industriais foram reduzidos em 80 e 22 unidades, respectivamente, totalizando 74.874 consumidores atendidos, 2,15% superior ao ano de 2016.

### Número de Consumidores

<b>Consumidores</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Residencial	62.433	63.933	65.037	66.049	67.735
Comercial	5.879	5.894	5.806	5.610	5.530
Industrial	414	398	380	352	330
Rural	687	699	724	724	719
Poderes Públicos	437	435	440	428	425
Iluminação Pública	5	5	10	10	10
Serviço Público	96	99	100	101	102
Consumo Próprio	32	32	25	25	23
<b>Total</b>	<b>69.983</b>	<b>71.495</b>	<b>72.522</b>	<b>73.299</b>	<b>74.874</b>
<b>Variação</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,16%</b>	<b>1,44%</b>	<b>1,07%</b>	<b>2,15%</b>

**Comportamento do Mercado** – A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 286 GWh (321 GWh em 2016).

Tal queda justifica-se, principalmente, pelas migrações de grandes consumidores industriais do tipo cativo para o tipo especial, além da crise econômica atravessada pelo país. As maiores quedas foram registradas na classe industrial, com redução de 46% (-37 GWh) e comercial, com redução de 5% (-4 GWh).

### Mercado Atendido

<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>405</b>	<b>423</b>	<b>400</b>	<b>321</b>	<b>286</b>
<b>Fornecimento</b>	<b>405</b>	<b>423</b>	<b>400</b>	<b>321</b>	<b>286</b>
Residencial	119	122	118	119	122
Comercial	81	83	81	76	72
Industrial	156	169	152	80	43
Rural	7	7	7	6	6
Poderes Públicos	6	6	6	6	6
Iluminação Pública	20	20	20	19	22
Serviço Público	1	1	1	1	14
Consumo Próprio	15	15	15	14	1
<b>Suprimento p/ agentes de Distribuição</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Uso de Rede de Distribuição</b>	<b>51</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>131</b>	<b>188</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	51	55	52	131	188
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>456</b>	<b>478</b>	<b>451</b>	<b>452</b>	<b>474</b>
<b>Variação</b>	<b>3,49%</b>	<b>4,79%</b>	<b>-5,53%</b>	<b>0,13%</b>	<b>4,77%</b>

Na tabela abaixo é demonstrado o balanço energético, levando em consideração as perdas de energia nos sistemas.

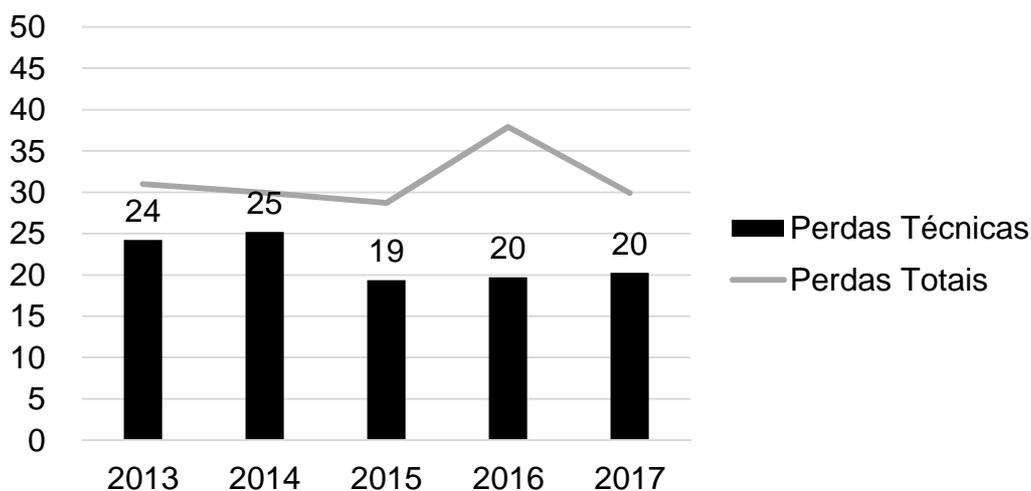
### Balanço Energético

<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Venda de energia	405	423	400	321	286
- Fornecimento (cativo)	405	423	400	321	286
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	51	55	52	131	188
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
<b>Mercado Atendido</b>	<b>456</b>	<b>478</b>	<b>451</b>	<b>452</b>	<b>474</b>

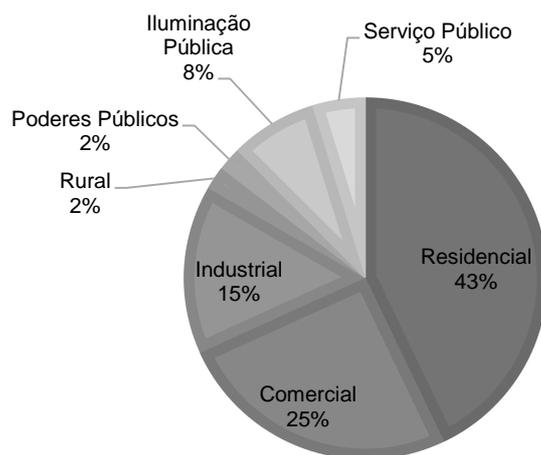
Perdas na Rede Básica	5	7	7	7	9
Perdas na Distribuição	26	23	22	30	21
Perdas Técnicas	24	25	19	20	20
Perdas Não Técnicas - PNT	2	-2	3	11	1
PNT / Energia Requerida %	0,36%	-0,40%	0,54%	2,19%	0,19%
<b>Perdas Totais</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>38</b>	<b>30</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>6,36%</b>	<b>5,90%</b>	<b>5,98%</b>	<b>7,74%</b>	<b>5,93%</b>

<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>508</b>	<b>480</b>	<b>490</b>	<b>504</b>
--------------	------------	------------	------------	------------	------------

O gráfico abaixo apresenta a relação das perdas totais e as perdas técnicas. A diferença refere-se as perdas comerciais.



A seguir tem-se outro gráfico que segrega a participação dos tipos de consumidores no total de consumo. Destaca-se que o residencial representa 43% desse total, seguido pelas classes industrial e comercial, com participação de 15% e 25%, respectivamente.



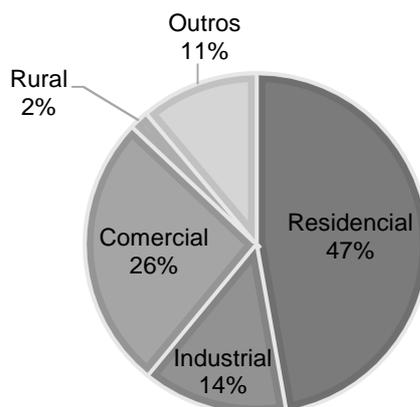
. **Receita** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 96,94 milhões (-31,6%), conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2017	2016	%

Residencial	45.789	57.918	-20,9%
Industrial	13.282	33.350	-60,2%
Comercial	25.338	35.416	-28,5%
Rural	1.759	2.195	-19,9%
Outros	10.781	12.839	-16,0%
<b>Total</b>	<b>96.949</b>	<b>141.718</b>	<b>-145,5%</b>

A maior participação na receita líquida provém da classe residencial com fatia de 47%, seguido pelas classes comercial e industrial, com fatias de 26% e 14%, respectivamente.

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



. **Número de consumidores** – o número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou variação positiva de 2,1% quando comparado ao ano anterior. A classe residencial representou o maior impacto com acréscimo de 1.686 unidades. Porém, os consumidores industriais e comerciais apresentaram quedas de 22 e 80 unidades, respectivamente.

Classe	Número de Consumidores		
	2017	2016	%
Residencial	67.735	66.049	2,6%
Industrial	330	352	-6,3%
Comercial	5.530	5.610	-1,4%
Rural	719	724	-0,7%
Outros	537	539	-0,4%
<b>Total</b>	<b>74.851</b>	<b>73.274</b>	<b>-2,1%</b>

. **Tarifas** – O Reajuste Tarifário Anual da DMED conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 15,38%, sendo de 14,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 15,80%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O efeito médio de 15,38% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes

financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 4,67% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável em -1,00%.

Em relação à atualização dos componentes financeiros apurados no atual reajuste, para compensação nos 12 meses subsequentes, esses contribuíram no efeito tarifário em -6,13%.

Por outro lado, o efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anual de 2016, que contribuíram com uma redução nas tarifas estabelecidas em 2016, representa um aumento de 17,84% no atual reajuste, quando de sua retirada nas tarifas atualmente praticadas pelos consumidores.

. **Qualidade do fornecimento** – Os principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupção por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	2,58	2,76	76,45
2014	2,09	2,58	81,49
2015	1,53	1,27	83,08
2016	3,00	2,51	68,83
2017	2,43	2,03	67,37

. **Atendimento ao consumidor** – O processo de relacionamento com os clientes é contínuo e constante, neste contexto, a melhoria das práticas e dos procedimentos, visando à qualidade do produto e a satisfação do consumidor, que é fator primordial para a DMED.

Em 2017, foram realizados 97.002 serviços, dentre eles: 88 calibrações em medidores, 315 reclamações diversas, 7.827 serviços emergenciais e 10.064 desligamentos de unidades consumidoras, 21.004 suspensões de fornecimento, 20.359 religações, 235 verificações de irregularidades e 235 pedidos de verificação de tensão.

#### . Tecnologia da Informação

Em Tecnologia da Informação, a DMED investiu cerca de R\$ 440 mil. Destaca-se o início do projeto para centralização e integração das ferramentas de automação e controle utilizadas pelas empresas do grupo DME. No primeiro ano do projeto, foram realizadas as etapas iniciais para a integração das ferramentas utilizadas na SE Interligação, SE Osório, SE Saturnino e Centro de Operações do Sistema de Distribuição. Destaca-se também a unificação dos e-mails e dos domínios Windows das três empresas do grupo DME.

## 2. Desempenho econômico e financeiro

. **Receitas** – As receitas operacionais fecharam 2017 em R\$ 219 milhões, o que representa aumento de 10% ante o mesmo período de 2016. Este é reflexo da Venda de Energia de Curto Prazo, liquidada a preços maiores e a reclassificação contábil dos Descontos Incidentes sobre as Tarifas – CDE, de Outras Receitas Operacionais para a Receita Bruta. A queda no Fornecimento de Energia Elétrica dá-se pela migração de grandes consumidores cativos para o tipo livre/especial.

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	2017	2016
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Receitas</b>	<b>219.131</b>	<b>198.533</b>
Fornecimento de energia	160.996	227.768
Venda de energia no curto prazo	32.121	10.843
Ativos e Passivos Regulatórios	16.761	-41.433
Outras Receitas	9.253	1.355

**Deduções das receitas** – As deduções apresentaram queda de 16% puxadas principalmente pelo decréscimo de 24% em Tributos, encerrando 2017 com -R\$ 95,5 milhões.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Deduções das receitas</b>	<b>-95.534</b>	<b>-113.834</b>
Tributos	-63.929	-83.823
Encargos - Parcela "A"	-	-
	31.605	30.011
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>123.598</b>	<b>84.699</b>

. **Gastos** – Os gastos, por sua vez, representam os desembolsos (custo e despesas) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2017 somaram R\$ 117,02 milhões alcançando aumento de 36% quando comparado ao ano de 2016.

O principal aumento foi na Parcela "B" com decréscimo de 54% (R\$ 20,5 milhões). A Parcela "A" sofreu aumento em 22% (R\$ 10,4 milhões).

<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Custos - Parcela A</b>	<b>-58.203</b>	<b>-47.722</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-43.903	-35.855
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	-3.486	-3.823
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-10.814	-8.044
<b>Custos - Parcela B</b>	<b>-58.819</b>	<b>-38.228</b>
Pessoal e Administradores	-27.965	-35.078
Serviço de Terceiros	-7.578	-14.148
Material	-1.841	-3.144
* Outros	- 3.007	-332
** Demais	-18.428	14.474

\* A rubrica "Outros" corresponde aos Arrendamentos e Alugueis, Tributos, Seguros, Doações, Contribuições e Subvenções, Recuperação de Despesas e Gastos Diversos;

\*\* A rubrica "Demais" corresponde às Provisões (Devedores Duvidosos e Outras, Depreciação, Amortização, Reversão da Provisão e Outras Receitas e Despesas Operacionais).

. **Resultado Operacional** – O resultado operacional fechou em R\$ 6,6 milhões, o resultado financeiro em R\$ 7,16 milhões e o lucro bruto R\$ 13,7 milhões.

Após as deduções, o lucro líquido encerrou 2017 em R\$ 10,4 milhões, representando aumento de 84% (R\$ 5,6 milhões) ante o mesmo período de 2016.

<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>6.575</b>	<b>-1.251</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>7.167</b>	<b>8.815</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CSLL</b>	<b>13.742</b>	<b>7.564</b>
Deduções	3.303	-1.914
<b>Lucro / Prejuízo</b>	<b>10.439</b>	<b>5.650</b>

### 3. Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>11.678</b>	<b>8.595</b>	<b>15.834</b>	<b>15.853</b>	<b>8.113</b>	<b>12.352</b>	<b>8.606</b>	<b>8.821</b>
Transformador de Distribuição	1.066	1.474	1.608	1.400	1.362	1.400	1.442	1.478
Medidor	1.389	1.886	1.371	1.656	1.707	1.757	1.814	1.859
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.658	1.666	5.956	2.821	2.906	2.994	3.083	3.160
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.314	3.333	2.981	2.076	2.138	2.201	2.267	2.324
Redes Alta Tensão (69 kV)				-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)				-	-	4.000	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)				-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)				-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-		14	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)			3.896	7.800	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)				-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.251	236	8	100	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(8.950)</b>	<b>(8.710)</b>	<b>(9.820)</b>	<b>(7.759)</b>	<b>(8.089)</b>	<b>(8.479)</b>	<b>(8.789)</b>	<b>(9.069)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(5.966)	(6.239)	(7.349)	(7.759)	(8.089)	(8.479)	(8.789)	(9.069)
Outros	(2.984)	(2.471)	(2.471)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(2.984)	(2.471)	(2.471)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	(918)	(711)	(711)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	(1.953)	(1.647)	(1.647)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	(113)	(113)	(113)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<b>R\$ Mil</b>	<b>2017R</b>	<b>2018P</b>	<b>2019P</b>	<b>2020P</b>	<b>2021P</b>	<b>2022P</b>		
<b>Plano de Investimentos 2016</b>	15.834	15.853	8.113	12.352	8.606	8.821		
<b>R\$ Mil</b>	<b>2017P</b>	<b>2018R</b>	<b>2019R</b>	<b>2020R</b>	<b>2021R</b>			
<b>Plano de Investimentos 2015</b>	17.612	15.853	8.113	12.352	8.606			

<b>Diferença</b>	<b>-10,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
------------------	---------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Sobre a evolução dos investimentos em transformadores, medidores e redes citados na tabela acima, foi previsto conforme dados estatísticos um crescimento de 3% em relação ao ano anterior, com início em 2018 e término em 2022. O valor descrito na linha Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV – R\$ 7.800 milhões) refere-se à substituição de chaves e retrofit na SE Interligação e à ampliação da SE Saturnino. O valor descrito na linha Redes de Alta Tensão (primário 88kV a 138kV – R\$ 4.000 milhões) refere-se à construção de nova linha para atender os fornecedores do Grupo A.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>144.554</b>	<b>-</b>	<b>(1.494)</b>	<b>15.834</b>	<b>(15.834)</b>	<b>143.060</b>	<b>14.340</b>
Transformador de Distribuição	10.263		(298)	1.608	(1.608)	9.965	1.310
Medidor	8.020		(293)	1.371	(1.371)	7.727	1.078
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	37.099		(461)	5.956	(5.956)	36.638	5.495
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	18.549		(242)	2.981	(2.981)	18.307	2.739
Redes Alta Tensão (69 kV)	2.772					2.772	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	4.718					4.718	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)						-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	799					799	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	15.284			14	(14)	15.284	14
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	42.473			3.896	(3.896)	42.473	3.896
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)						-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.577		(200)	8	(8)	4.377	(192)
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(8.710)</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>(1.087)</b>	<b>-</b>	<b>(9.819)</b>	<b>(1.109)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(6.239)	(22)		(1.087)		(7.348)	(1.109)
Outros	(2.471)		-	-	-	(2.471)	-
Originadas da Receita Ultrapassagem de demanda	(2.471)		-	-	-	(2.471)	-
	(711)					(711)	-
Excedente de reativos	(1.647)					(1.647)	-
Diferença das perdas regulatórias						-	-
Outros	(113)					(113)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

#### 4. Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente o dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Entretanto, a Outorgada optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o

artigo 9 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2017, a Outorgada pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 3,6 milhões (R\$ 846 mil em 2016). Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

### Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Outorgada era de R\$ 222.950 milhões, composto por R\$ 476.785.114 milhões de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e inexistência de emissão de certificados, todas de titularidade da DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

## 5. Gestão

### . Recursos humanos

Por todo o ano de 2017, a DME seguiu com os investimentos em treinamentos operacionais e de segurança. Podemos destacar também ações como a Integração dos Novos Aprendizes, o evento em comemoração ao Dia da Mulher e reuniões ativas e frequentes realizadas entre os diretores e os gestores. O PIDV (Programa Incentivado de Demissão Voluntária) foi continuado e em 2017 houve duas fases, com adesão de 6 (seis) colaboradores. Durante o ano foi implementado o Programa Conversa com o Presidente, onde os colaboradores puderam ter contato direto como o Presidente da Empresa através de reuniões quinzenais. Foi implementado também o programa de homenagem aos empregados que completam 5, 10, 15, 20, 25, 30 e 35 anos de trabalho na DME.

## 6. Responsabilidade social

No quadro abaixo estão relacionados os principais indicadores da concessionária.

<b>Atendimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	74.874	73.299	2,1%
Número de empregados	207	217	-4,6%
Número de consumidores por empregado	362	338	7,1%
Número de localidades atendidas	1	1	0,0%
Número de agências	1	1	0,0%
Número de postos de atendimento	7	12	-41,7%
Número de postos de arrecadação	6	7	-14,3%
<b>Mercado</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
FEC (número de interrupções)	2,03	2,51	-19,1%
Número de reclamações por 10.000 habitantes	1.359	2.115	-35,7%
<b>Operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Número de usinas em operação	3	3	0,0%
Número de subestações	3	3	0,0%
Linhas de transmissão (km)	0	0	0,0%
Linhas de distribuição (km)	43	43	0,0%
Capacidade instalada (MW)	133	133	0,0%
<b>Financeiros</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	219.131	198.533	10,4%

Receita operacional líquida (R\$ mil)	123.597	84.699	45,9%
Margem operacional do serviço líquida (%)	56,4%	42,7%	32,2%
EBITDA	13.255	4.727	180,4%
Lucro líquido	10.439	5.650	84,8%

<b>Operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Lucro líquido por lote de mil ações	2,19	1,19	84,0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	191.283	196.518	-2,7%
Valor patrimonial do lote de mil ações	87.344	165.141	-47,1%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5	3	89,8%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	62	51	21,9%
Em moeda nacional (%)		-	-
Em moeda estrangeira (%)		-	-

<b>Indicadores de performance</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Salário médio dos funcionários (R\$ mil)	6.428	5.940	8,2%
Energia gerada/comprada por funcionário (MWh)	1	1	-6,6%
Energia gerada/comprada por consumidor (MWh)	0	0	-12,8%
Retorno de ativos por unidade (R\$ mil)	0,40	0,29	39,6%

## 7. Balanço social

	31/12/2017			31/12/2016		
	R\$ mil					
<b>1 – Base de Cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)			124.914			95.587
Resultado Operacional (RO)			3.342			-4.859
Folha de Pagamento Bruta (FBP)			-27.964			-35.078
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FBP</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FBP</b>	<b>RL</b>
<b>Alimentação</b> - Auxílio alimentação e outros	-2.289	8	-2	-2.947	8	-3
<b>Encargos sociais compulsórios</b>	-5.240	19	-4	-6.019	17	-6
<b>Entidade de previdência privada</b>	-1.618	6	-1	-1.602	5	-2
<b>Saúde</b> – Convênio assistencial e outros benefícios	-1.779	6	-1	-2.236	6	-2
<b>Segurança no trabalho</b> - CIPA e exames periódicos	-81	0	0	-74	0	0
<b>Educação</b> - Auxílio educação	0	0	0	0	0	0
<b>Capacitação e desenvolvimento profissional</b>	-34	0	0	-59	0	0
<b>Auxílio creche</b>	0	0	0	-70	0	0
<b>Participação nos resultados</b>	-1.891	7	-2	-1.576	4	-2
<b>Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária</b>	-144	1	0	3.044	-9	3
<b>Vale-transporte</b> – excedente	-71	0	0	-92	0	0
<b>Total</b>	<b>-13.148</b>	<b>47</b>	<b>-11</b>	<b>-11.631</b>	<b>33</b>	<b>-12</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>
Cultura	480	14	0	558	-11	1

Esporte e lazer	0	0	0	209	-4	0
Doações e Contribuições	153	5	0	216	-4	0
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	0	0	0	0	0	0
Projetos Sociais, ambientais e culturais (projetos que não utilizaram incentivos fiscais)	100	3	0	0	0	0
					0	0
<b>Total de contribuição para a sociedade</b>	<b>733</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>982</b>	<b>-20</b>	<b>1</b>
					0	
<b>Tributos - excluídos encargos sociais</b>	<b>41.203</b>	<b>1.233</b>	<b>33</b>	<b>44.523</b>	<b>-916</b>	<b>47</b>
<b>Total</b>	<b>42.670</b>	<b>1.277</b>	<b>34</b>	<b>45.505</b>	<b>-936</b>	<b>48</b>
		<b>%</b>			<b>%</b>	
		<b>sobre</b>			<b>sobre</b>	
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Rede Compacta	786	24	1	1.087	-22	1
Rede Subterrânea	0	0	0	915	-19	1
Convênio / Policiamento ambiental nas Represas e Usinas	3	0	0	4	0	0
Recomposição e manutenção de vegetação florestal em área de preservação permanente	18	1	0	36	-1	0
Gerenciamento de Resíduos (destinação final adequada e tratamento)	42	1	0	81	-2	0
Processos de Licenciamento Ambiental e atendimento de Condicionantes e Planos de controle Ambiental	44	1	0	12	0	0
Análises de água, efluentes e resíduos	10	0	0	15	0	0
Estações hidrométricas	121	4	0	138	-3	0
Melhoria da Arborização Urbana	0	0	0	0	0	0
Projetos de Eficiência Energética	67	2	0	2.363	-49	2
P&D - Meio Ambiente	786	24	1	278	-6	0
Campanha Consumo Consciente	0	0	0	13	0	0
<b>Programas especiais / Projetos externos</b>						
Descontaminação de lâmpadas fluorescentes da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas	2	0	0	1	0	0
Programa de educação ambiental permanente em parceria com a EMATER - MG	2	0	0	2	0	0
Reserva Particular do Patrimônio Natural do Rio das Antas	3	0	0	2	0	0
Projeto Adotando Nascentes	4	0	0	2	0	0
Sistema de gestão ambiental	0	0	0	4	0	0
Ações ambientais de sensibilização de mão de obra própria e de terceiros	9	0	0			
<b>Total</b>	<b>1.897</b>	<b>57</b>	<b>2</b>	<b>4.953</b>	<b>-103</b>	<b>4</b>
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>	<b>Em unidades</b>			<b>Em unidades</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	<b>207</b>			<b>217</b>		
<b>Escolaridade dos empregados</b>						
Superior e extensão universitária	77			80		
2º Grau	112			117		
1º Grau	18			20		
<b>Faixa etária dos empregados</b>						

Abaixo de 30 anos	23		17	
De 30 até 45 anos (exclusive)	106		113	
Acima de 45 anos	78		87	
<b>Admissões durante o período</b>	<b>14</b>		<b>11</b>	
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	<b>44</b>		<b>44</b>	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	15,91%		18,18%	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	26,92%		22,22%	
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	<b>14</b>		<b>14</b>	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	14,29%		11,76%	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	7,69%		5,56%	
<b>Portadores de deficiência física</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	
<b>Dependentes</b>	393		416	
<b>Estagiários</b>	8		6	
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>				
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	22,81		23,23	
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>2</b>		<b>2</b>	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:				
A previdência privada contempla:	153		155	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	188		228	
<b>Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:</b>				
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	0		0	

## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, ao acionista e a câmara de vereadores, pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da DMED. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuída para o cumprimento da missão da empresa.

Poços de Caldas, 26 de abril de 2018.

A Administração.